

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO**

GIOVANI GAMBA PAGANI

**DESENVOLVIMENTO DA CADEIA PRODUTIVA DA CARNE
BOVINA NO SUL DE SANTA CATARINA**

**CRICIÚMA
2018**

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO**

GIOVANI GAMBA PAGANI

**DESENVOLVIMENTO DA CADEIA PRODUTIVA DA CARNE
BOVINA NO SUL DE SANTA CATARINA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Socioeconômico.

Orientador: Prof. Dr. Miguelangelo Gianezini
Coorientadora: Dr^a. Melissa Watanabe

**CRICIÚMA
2018**

FICHA CATALOGRÁFICA

A ficha catalográfica é confeccionada pela Biblioteca Central da UNESC. Solicitar apenas após a defesa do trabalho e a realização das correções propostas pela banca, pelo e-mail rwe@unesc.net ou pelo telefone 3431-2592.

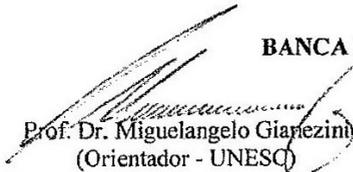
GIOVANI GAMBA PAGANI

DESENVOLVIMENTO DA CADEIA PRODUTIVA DA CARNE BOVINA NO SUL DE SANTA CATARINA

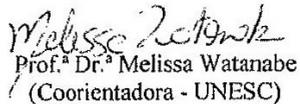
Esta dissertação foi julgada e aprovada para obtenção do Grau de Mestre em Desenvolvimento Socioeconômico no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade do Extremo Sul Catarinense.

Criciúma, 28 de Março de 2018.

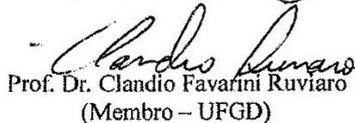
BANCA EXAMINADORA



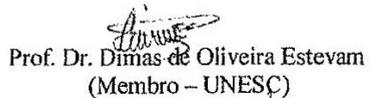
Prof. Dr. Miguelangelo Giaretzini
(Orientador - UNESC)



Prof.ª Dr.ª Melissa Watanabe
(Coorientadora - UNESC)



Prof. Dr. Cláudio Favarini Ruviaro
(Membro – UFGD)

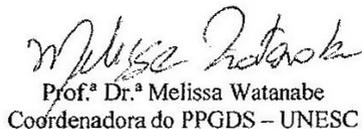


Prof. Dr. Dimas de Oliveira Estevam
(Membro – UNESC)

Prof. Dr. Sílvio Parodi Oliveira
Camilo
(Membro – UNESC)



Giovani Gamba Pagani
Mestrando



Prof.ª Dr.ª Melissa Watanabe
Coordenadora do PPGDS – UNESC

Dedico este trabalho aos meus pais,
Setimo Pagani e Lourdes Gamba
Pagani, pelo incentivo ao estudo e
apoio em todas as minhas escolhas.

AGRADECIMENTOS

A todas as pessoas que de alguma forma contribuíram para a realização deste trabalho.

*“The essence of strategy is
choosing what not to do”*

Michael Porter

RESUMO

PAGANI, Giovani Gamba. **Desenvolvimento da Cadeia Produtiva da Carne Bovina no Sul de Santa Catarina**. 2018, 110f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Socioeconômico) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico, UNESC, Criciúma, 2018.

Há setores tradicionais da indústria catarinense que têm sido objeto recorrente de pesquisa e considerados chave na política de desenvolvimento do estado, como é o caso do cerâmico, moveleiro, calçadista, têxtil e de carnes (suínos e aves). Observando esta condição, o presente estudo propôs uma complementação das pesquisas aplicadas ao setor de carnes, com foco na cadeia produtiva da carne bovina. Tal objeto foi escolhido pois há uma percepção de que a atividade de bovinocultura de corte tem ganhado atenção na economia do estado, podendo ser resultante de algumas ações de *stakeholders*, eventuais políticas públicas e iniciativas privadas. Partindo de tal contexto, o objetivo foi o de analisar o desenvolvimento da cadeia produtiva da carne bovina em Santa Catarina entre 2005 e 2015, com foco na mesorregião sul (MSC). Os procedimentos metodológicos incluíram: i) leitura e revisão dos conceitos e definições de modelos de aglomerados produtivos e da teoria dos *stakeholders*; ii) levantamento documental para auxiliar na caracterização deste tipo de pecuária em SC; e iii) coleta de dados e informações acerca das iniciativas e agentes envolvidos na cadeia produtiva da carne bovina na MSC. Como resultados observou-se que tanto os produtores de bovinos, como empresas de abatimento e processamento não estão estrategicamente instalados próximos uns dos outros. Portanto, se pode afirmar que dificilmente ocorrerá uma formação de Distrito industrial. Essa análise não indica a formação de um Cluster, pois não há compartilhamento da infraestrutura. Contudo, foram identificados 6 feiras e eventos locais relacionados à cadeia produtiva da carne, 4 entidades estaduais vinculadas à cadeia, 4 entidades e associações locais, 73 empresas ativas e um efetivo bovino com mais de 500 mil animais. Estes dados tendem a vislumbrar uma possível formação de APL, pautado no levantamento dessas empresas que estão aglomeradas na mesma mesorregião, cuja especialização produtiva é a cadeia produtiva da carne, onde os *stakeholders* possuem vínculos de produção, e as associações contemplam as interações e cooperação, contando com o auxílio de entidades como EMBRAPA e CIDASC, e associações, que fortalecem o mercado e a aprendizagem desse setor. Palavras-chave: políticas de

desenvolvimento setorial, agronegócios, dinâmicas produtivas e sistemas locais de produção.

Palavras-chave: políticas de desenvolvimento setorial, agronegócios, dinâmicas produtivas e sistemas locais de produção.

ABSTRACT

In Santa Catarina state (Brazil), there are traditional sectors that have been recurring object of research – and considered key in the development policy of the state – as ceramic, furniture, footwear, textiles and meat (swine and poultry) sector. Considering this condition, the present study proposes a complementation for researches related with the meat sector, focusing on the beef production chain. This subject was chosen because there is a perception that the beef chain has gained increasing attention in the state economy, and this highlight could be a result of public policies or private initiatives performed by several stakeholders. Regarding this context, the main goal of the research was to analyze the development of the beef production chain in Santa Catarina between 2005 and 2015, focusing on the southern region (MSC). The method was performed into three phases: i) reading and reviewing the concepts and definitions of cluster models and the stakeholder theory; ii) documentary survey to assist in the characterization of this type of livestock in SC; and iii) collecting data and information about the initiatives and agents involved in the beef chain at MSC. As a result, it was observed that both cattle producers, slaughter houses and meat processing companies are not strategically located close to each other. Therefore, results indicate that an Industrial District formation is very improbable. The analysis does not indicate the formation of a Cluster as well, because there is no infrastructure sharing. However, there are 6 local fairs and events related to the meat production and 4 state entities linked to the beef chain. Moreover, 4 local entities/associations and 73 active companies were identified, to handle a cattle herd with more than 500 thousand animals. It is possible to assume - based on the survey of those companies that are agglomerated in the same region, whose specialization is the meat production chain - the possibility of a APL formation (local productive arrangements) where the stakeholders have production links, and the associations are promoting the interactions and cooperation with the assistance of entities such as EMBRAPA (Brazilian agriculture research

corporation) and CIDASC (Company of Agricultural Development of Santa Catarina) and other associations, which strengthen the market and the learning of this sector.

Keywords: sectoral development policies, agribusiness, productive dynamics and local production systems.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Consumo de carne no Brasil e no Mundo.....	31
Gráfico 2 – Evolução quinquenal do rebanho bovino dos estados brasileiros	69
Gráfico 3 – Percentual de efetivo bovino das 10 maiores cidades da MSC, 2015	78
Gráfico 4 – Evolução do rebanho bovino da MSC entre 2005 e 2015 .	79
Gráfico 5 – Percentual de estabelecimentos e suas atividades fim na MSC	83

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Localização da Mesorregião Sul Catarinense	38
Figura 2 – Fluxograma da Cadeia Produtiva de Carne Bovina e subprodutos.....	65
Figura 3 – Efetivo de bovinos em SC	71
Figura 4 – Mesorregiões de Santa Catarina	71
Figura 5 – Destaque.....	89

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Principais <i>stakeholders</i> e seu envolvimento com a empresa	58
Quadro 2 – Semelhanças e diferenças entre agribusiness e cadeias de produção	64
Quadro 3 – Marcos da criação de bovinos de SC.....	76
Quadro 4 – Entidades e associações atreladas a produção bovina na MSC	84
Quadro 5 – Entidades e associações atreladas a produção bovina em Santa Catarina.....	86
Quadro 6 – Feiras e eventos relacionados a produção bovina na MSC	88
Quadro 7 – Resumo com os principais modelos de aglomerados produtivos.....	91

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Efetivo dos rebanhos (cabeças) em Santa Catarina e no Brasil de 2005 a 2015.....	32
Tabela 2 – Valor Bruto da Produção do agronegócio de SC e do Brasil em bilhões de reais em 2015	61
Tabela 3 – Efetivo bovino por unidade territorial brasileira em 2016..	67
Tabela 4 – Efetivo Bovino por cidade da MSC de 2005 a 2015	77
Tabela 5 – Estabelecimentos da cadeia produtiva de carne bovina na MSC.....	81

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ABA** – Associação Brasileira de Angus
- ABCCL** – Associação Brasileira dos Criadores da Raça Crioula Lageana
- ACCB** – Associação Catarinense de Criadores de Bovinos
- ACBCSC** – Associação dos Criadores de Bovinos de Corte do Sul Catarinense
- APL** – Arranjo Produtivo Local
- EPAGRI** – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
- FAO** – *Food and Agriculture Organization*
- FIESC** – Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina
- GEPPAD** – Grupo de Estudos e Pesquisas em Produção Agropecuária e Desenvolvimento.
- IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- MAPA** – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
- MSC** – Mesorregião Sul Catarinense
- MUESC** – Museu da Universidade do Extremo Sul Catarinense
- OIE** – Organização Mundial de Saúde Animal
- ONU** – Organização das Nações Unidas
- PPGDS** – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico
- PIB** – Produto Interno Bruto
- SIE** – Serviço de Inspeção Estadual
- SIF** – Sistema de Inspeção Federal
- SRI** – *Stanford Research Institute*
- UFSC** – Universidade Federal de Santa Catarina
- UNESC** – Universidade do Extremo Sul Catarinense
- USDA** – *United States Department of Agriculture*
- VBP** – Valor Bruto da Produção

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	28
1.1 PROBLEMÁTICA E QUESTÃO DE PESQUISA.....	29
1.2 OBJETIVOS.....	33
1.2.1 Objetivo Geral	33
1.2.2 Objetivos Específicos	33
1.3 JUSTIFICATIVA.....	33
1.3.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO	35
1.3.2 CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO.....	36
1.3.3 DELIMITAÇÃO E AMOSTRA.....	37
1.4 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO.....	39
2. REFERENCIAL TEÓRICO E REVISÃO DE LITERATURA. 41	
2.1 MODELO DE AGLOMERADOS PRODUTIVOS.....	41
2.1.1 Distritos industriais.....	42
2.1.2 Clusters (Agglomerados).....	45
2.1.3 Arranjos Produtivos Locais	49
2.1.4 Sistemas Produtivos e Inovativos Locais	52
2.1.5 Redes de Empresas.....	54
2.2 <i>STAKEHOLDERS</i>	56
2.3 CONSIDERAÇÕES SOBRE A TEMÁTICA E OBJETO DE ESTUDO	60
3. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS E DISCUSSÃO	63
3.1 SISTEMAS AGROINDUSTRIAIS, A CADEIA PRODUTIVA DA CARNE E SUA CORRELAÇÃO NO ÂMBITO DO TEMA PESQUISADO.....	63

3.2 PANORAMA DA PRODUÇÃO DE CARNE BOVINA EM SANTA CATARINA	67
3.3 CARACTERIZAÇÃO DA BOVINOCULTURA NA MESORREGIÃO DO SUL CATARINENSE	73
3.3.1 Configuração e trajetória de constituição.....	73
3.3.2 Quantificação do rebanho bovino no período entre 2005 e 2015	76
3.3.3 Identificação de empresas de abate e processamento de carnes	79
3.3.4 Levantamento de entidades e associações voltadas a produção bovina.....	83
3.3.5 Mapeamento de feiras e eventos do setor pecuário da MSC ..	88
3.4 DISCUSSÃO SOBRE A CONDIÇÃO E PERSPECTIVAS DO DESENVOLVIMENTO DA CADEIA PRODUTIVA DA CARNE ...	89
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	95
REFERÊNCIAS	97

1. INTRODUÇÃO

As atividades agropecuárias têm relevância estratégica no desenvolvimento socioeconômico global, tanto pelo acúmulo de riquezas que proporciona, quanto pelos aspectos sociais na geração de emprego e renda.

No Brasil, os negócios agropecuários têm gerado resultados expressivos, representando em 2016 cerca de 22,5% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro e 37% do mercado de trabalho do Brasil (IBGE, 2017), tendo como destaque a bovinocultura – que posiciona o país como um dos maiores produtores mundiais, considerado em 2011 o segundo maior produtor (9,03 milhões de toneladas) e o maior exportador (1,9 milhões de toneladas) de carne bovina *in natura* no mundo (CARIO et al., 2013), em 2016 produziu 26,35 milhões de toneladas em carnes (bovina, aves e suíno) (IBGE, 2017).

Contudo, a organização da produção agropecuária nem sempre foi estruturada de forma profissional e mercadológica, pois atendia apenas demandas locais ou regionais, muitas vezes sendo limitadas ao próprio sustento familiar. A integração entre agropecuária, indústria e mercado surgiu com o intuito de suprir as demandas de uma população mundial crescente e de uma sociedade globalizada (CONCEIÇÃO e CONCEIÇÃO, 2008).

E a necessidade de compreender as dinâmicas deste ambiente guiou o estabelecimento de conceitos e propiciou o desenvolvimento de novas abordagens que pudessem melhor descrever tal condição produtiva contemporânea.

Deste contexto – aplicado à produção, transformação e comercialização agropecuária – surgem os estudos de *agribusiness*, cadeias de produção, *filière*, sistemas agroindustriais, complexo agroindustrial, entre outros campos interdisciplinares dos quais esta proposta de pesquisa é pertencente (BATALLA E SILVA, 2009).

Assim, na esfera dos estudos interdisciplinares acerca do desenvolvimento agropecuário, optou-se pela proposta de investigação de uma atividade econômica existente desde os tempos do Brasil colônia, que é a pecuária bovina, abordada na seção 2.3.

Observa-se nas últimas décadas um crescimento da bovinocultura catarinense, entretanto o estado nunca cresceu ao patamar dos grandes estados produtores, evidenciado na seção 3.2. Devido à múltiplos fatores

– que vão do modelo cultural de colonização, passando pela distribuição fundiária até à logística e dinâmica do mercado – o Estado de Santa Catarina se focou em outras atividades agroindústrias que, entretanto, contribuíram sobremaneira para o posicionamento como o sexto melhor PIB entre os estados do Brasil em 2015 (IBGE, 2017).

Os setores tradicionais da indústria catarinense têm sido tema recorrente de estudos, dentre os quais merece destaque o estudo resultante do convênio entre Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC) e a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), publicado em 2013, que identificaram os setores: cerâmico (revestimentos), moveleiro, calçadista, têxtil (confecção), carnes (suínos e aves), como sendo os setores chave da política de desenvolvimento do estado.

Partindo do último setor avaliado: carnes (suínos e aves), propôs-se uma extensão/complementação da avaliação e política de desenvolvimento (realizada pela FIESC/UFSC), voltado a cadeia produtiva da carne bovina em Santa Catarina, com foco no Sul do estado.

Tal tema foi escolhido para esta pesquisa pois há uma percepção de que a atividade de bovinocultura de corte (relativamente estagnada no final do século XX) – acompanhada do crescimento de outros elos que compõe a cadeia produtiva – têm ganhado maior visibilidade em regiões como o sul do estado, podendo ser resultantes de ações de *stakeholders*, por meio de agentes de pesquisa, políticas públicas e iniciativas privadas, representadas por organizações das cadeias produtivas do agronegócio.

Baseado neste contexto, esta dissertação propôs então o estudo das dinâmicas organizacionais na indústria da carne bovina da mesorregião sul catarinense, demonstrando as novas demandas a serem atendidas frente ao atual paradigma tecnológico produtivo, cujo objetivo se finda em corroborar com o desenvolvimento catarinense.

1.1 PROBLEMÁTICA E QUESTÃO DE PESQUISA

O entendimento e avanços das áreas de pesquisa das ciências sociais aplicadas, têm permitido o surgimento de novos campos de estudo mais específicos, como o agronegócio, aliado a dinamicidade e a competitividade no ambiente produtivo e mercadológico. Caracterizadas pela instabilidade do mercado em muitos setores da economia, as dinâmicas competitivas ocasionam uma necessidade de melhor

coordenação dos sistemas agroindustriais e constante de transformação nas organizações produtivas (FARINA, 1999).

Assim, os estudos e pesquisas do campo do agronegócio ganharam relevância para caracterização das cadeias produtivas e compreensão do seu papel no desenvolvimento de muitas regiões produtivas.

As cadeias produtivas geram o desenvolvimento econômico da região onde estão inseridos, aumentando a concentração do capital, gerando emprego e renda, transformando a realidade daquela região.

Por meio de políticas públicas voltadas para a inovação, podem inclusive promover uma melhor distribuição regional e social de renda, contribuindo para a implementação de um processo sustentável de desenvolvimento local, melhorando a competitividade de empresas especializadas setorialmente e aglomeradas territorialmente (DA COSTA, 2010).

Além do entendimento do ambiente organizacional, é preciso compreender o papel dos atores que participam desse processo, os *stakeholders* – inicialmente definidos como um indivíduo ou grupo qualquer que afeta ou é afetado pela realização dos objetivos da empresa, tornando-se fundamental para a gestão estratégica, podendo ser usado para compreender como as organizações escolhem e implementam seus direcionamentos, sendo utilizado na integração de questões estratégicas da organização (FREEMAN, 1983; 1984).

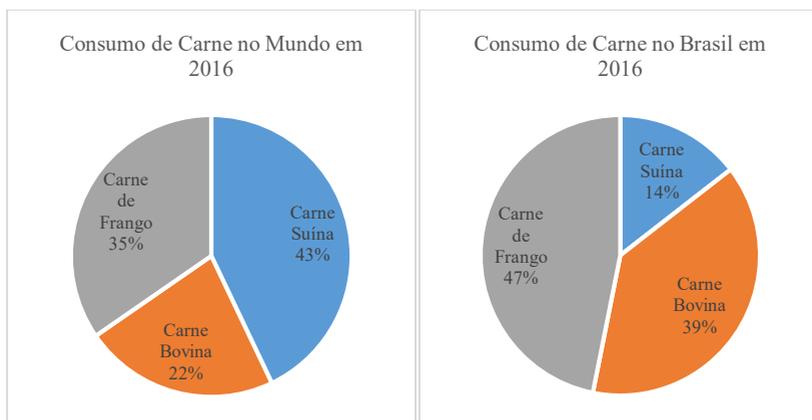
A problemática desse estudo permeia as ações empresariais e políticas públicas de desenvolvimento, balizadas nas formações econômicas regionais com foco na produção de carne bovina, cuja relevância é observada na perspectiva de ampliação dessa atividade e seu potencial socioeconômico em Santa Catarina.

Analisando o consumo de carne mundial por meio de dados provenientes do *United States Department of Agriculture* (USDA, 2017) em 2016, a carne bovina foi a menos consumida, com apenas 22%, seguido pelas aves com 35%, e em primeiro a suína com 43% da fatia de mercado. Entretanto, o Brasil não segue o mesmo padrão de consumo da população mundial, em 2016 o país teve um consumo de 39% de carne bovina, evidenciando o potencial interno de mercado para ser explorado.

Por possuir uma demanda interna de consumo acima da média mundial, grande parte de sua produção fica para o mercado interno, sendo que apenas 19,68% do que foi produzido em 2015 foi exportado para outros países. Nos anos subsequentes houve um crescimento em sua

exportação, passando de 1.076.041 toneladas em 2016, para 1.206.367 toneladas de carne bovina *in natura* em 2017 (ABIEC, 2018).

Gráfico 1 – Consumo de carne no Brasil e no Mundo



Fonte: USDA, 2017.

O Brasil possui dimensões continentais e tem condições geográficas de expandir sua atividade econômica de produção bovina, entretanto, ainda no início desse século se observava um crescimento desigual (MEZZADRI, 2007) e um ambiente no qual, na cadeia da carne bovina era “pouco visível uma estrutura coordenada ou uma estrutura de governança de integração vertical, sendo que essa ausência tem contribuído para a manutenção de deficiências organizacionais” (CAPACLE; VIEIRA; BELIK, 2006, p. 804)

Entre os anos de 2011 a 2015, o rebanho bovino brasileiro cresceu apenas 1,12% devido a um desempenho negativo de alguns estados. Todavia, outros estados tiveram um crescimento significativo como o Pará (11,00%), Rondônia (9,98%) e Santa Catarina (8,49%) (IBGE, 2017).

O agronegócio representa cerca de 30% do PIB catarinense – considerando as indústrias e os prestadores de serviços (EPAGRI/CEPA, 2015). O estado de Santa Catarina conta com 18 mil produtores integrados às agroindústrias, e possui quase 60 mil empregos diretos em frigoríficos e indústrias de beneficiamento no setor de carnes (SANTA CATARINA, 2017).

Devido a capacidade e constância produtiva, possui lugar de destaque na exportação de aves e é o segundo maior na exportação de suínos, motivo que, aliado a qualidade dos processos, faz com que grande parte dessa produção seja destinada especialmente para a Europa e Estados Unidos (CARIO et al., 2013). Sua produção além de atender o mercado interno brasileiro, exporta para mais de 120 países (SANTA CATARINA, 2017).

Entre 2005 e 2015, o Brasil teve um crescimento de 3,87% na produção bovina, passando de 207 para 215 milhões de cabeças de gado. No entanto, Santa Catarina, apesar de possuir uma produção proporcionalmente menor que a brasileira, obteve um crescimento de 29,78% nesse mesmo período, passando de 3.376.725 para 4.382.299 cabeças de gado (IBGE, 2017).

Tabela 1 – Efetivo dos rebanhos (cabeças) em Santa Catarina e no Brasil de 2005 a 2015

Ano	Cabeças de gado em Santa Catarina	% Crescimento anual em SC	Cabeças de gado no Brasil	% Crescimento anual no Brasil	Percentual cabeças em SC comparado ao Brasil
2015	4.382.299	2,20%	215.199.488	1,32%	2,04%
2014	4.285.931	1,97%	212.366.132	0,28%	2,02%
2013	4.201.561	3,06%	211.764.292	0,23%	1,98%
2012	4.072.960	0,83%	211.279.082	-0,73%	1,93%
2011	4.039.217	1,33%	212.815.311	1,54%	1,90%
2010	3.985.662	0,24%	209.541.109	2,02%	1,90%
2009	3.976.165	2,31%	205.307.954	1,46%	1,94%
2008	3.884.264	10,18%	202.306.731	1,26%	1,92%
2007	3.488.992	0,81%	199.752.014	-3,07%	1,75%
2006	3.460.835	2,43%	205.886.244	-0,62%	1,68%
2005	3.376.725	-	207.156.696	-	1,63%

Fonte: IBGE – Pesquisa Pecuária Municipal, adaptado pelo autor.

Esse crescimento na bovinocultura catarinense pode ter sido resultante de ações de *stakeholders* (públicos e privados), cujas

percepções e ações são compreendidas em meio as dinâmicas organizacionais desse setor. As dinâmicas produtivas também têm evoluído nesse setor, por estarem mais competitivas devido as novas tecnologias agroindustriais, sendo imprescindível para esse estudo compreender essas novas dinâmicas.

Assim, buscou-se estudar estas dinâmicas organizacionais no ambiente da mesorregião do sul catarinense afim de corroborar com o aprimoramento das informações disponíveis sobre a cadeia produtiva da carne bovina.

Para tal, o estudo partiu de alguns questionamentos, a saber: *Como está configurada a cadeia produtiva da carne bovina em Santa Catarina? E quais as condições produtivas atuais (perfil produtivo) e perspectivas para a bovinocultura de corte no sul do estado?*

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar o desenvolvimento da cadeia produtiva da carne bovina em Santa Catarina entre 2005 e 2015, com foco na mesorregião sul.

1.2.2 Objetivos Específicos

- a) Descrever o ambiente institucional da cadeia produtiva da carne bovina (trajetória, configuração e *stakeholders*);
- b) Identificar as entidades, iniciativas e eventos de maior representatividade para o desenvolvimento do setor;
- c) Discutir as principais possibilidades de modelo e configuração para a expansão (Clusters, Distritos, redes e APLs) da atividade de bovinocultura e outros elos da cadeia da carne bovina.

1.3 JUSTIFICATIVA

Ainda que de forma elementar, é possível afirmar que as atividades agropecuárias foram esteios da organização social, cruciais para o

assentamento e colonização de novos territórios e evoluíram *pari passu* com o desenvolvimento socioeconômico e cultural da humanidade.

De expressão cultural e conhecimento milenar, a agropecuária passou por um processo de “industrialização”, onde houve uma demanda de investimento em desenvolvimento, a fim de gerar excedente e grandes volumes para exportação, criando diversos perfis produtivos, desde a agropecuária de subsistência até a de produção em larga escala comercial.

Independente da escala, o crescimento dessa produção agropecuária e em especial sua comercialização, embasaram a consolidação do agronegócio como setor imprescindível no desenvolvimento socioeconômico de muitos países, pois propicia a geração de emprego e renda, requerendo a atenção dos formuladores de políticas públicas que visam a ampliação dos investimentos nesse setor (COSTA, 2013).

Assim, é relevante propor estudos acerca deste setor, incluindo aqueles que tratam do desenvolvimento agropecuário e agroindustrial. A presente pesquisa vai ao encontro dessa relevância ao observar que ao longo do século XX, a produção de carne bovina ultrapassou as barreiras da subsistência local para a formação de cadeia, composta pela produção de animais, processamento e distribuição em âmbitos nacional e internacional, consolidando o Brasil como um dos maiores produtores, consumidores e exportadores mundiais (CALDEIRA, 1999; CALLEMAN et al., 2008).

Como mencionado na problemática, o mercado da carne no Brasil apresenta números que demonstram seu potencial de crescimento produtivo, a saber que, o consumo de carne no país é de 38,6% de origem bovina, enquanto o consumo mundial é de apenas 22,5% (USDA, 2017).

Em complemento, ressalta-se que o Brasil detém o segundo maior rebanho bovino (22,5%), a segunda maior produção (16,3%) e é o segundo maior exportador (19,1%) e o segundo maior consumidor (13,7%) de carne bovina do mundo (USDA, 2017).

Há estudos sobre o desenvolvimento socioeconômico e a expansão recente da bovinocultura no Cerrado brasileiro, onde observou-se um crescimento consistente em produção e renda desta atividade agropecuária (MUELLER; MARTHA, 2008), servindo de referência para que se pudesse estudar a atividade pecuária sul catarinense com o intuito de averiguar de que forma essa movimentação econômica acerca da produção de bovinos de corte tende a contribuir com a região.

Entretanto, essas pesquisas não evidenciam a produção de carne bovina, por não possuir as mesmas proporções produtivas. Contudo, já se constata ações que justificariam um aprofundamento de estudos desta atividade econômica, ao observar as associações e núcleos com atividades voltadas a bovinocultura em Santa Catarina (*vide* subseção 3.3.4).

A pesquisa também contou com uma visão interdisciplinar e ênfase na área das ciências sociais aplicadas, cujo interesse e necessidade voltam-se as pessoas e a sociedade de maneira geral, não cabendo aqui aprofundar-se em áreas como zoologia, agronomia ou áreas congêneres comumente estudadas nessa temática¹.

Descrever a configuração atual da cadeia produtiva da carne bovina em Santa Catarina por meio da análise de uma década (entre 2005 e 2015), possibilitou averiguar os principais atores envolvidos nas etapas ao longo do processo durante esses anos; bem como: pesquisar sobre as condições produtivas para a bovinocultura de corte no sul do estado, corroborando para o entendimento e a valorização social abordados nessa temática.

Em conclusão a esta seção registra-se que a pesquisa é pertencente à linha de trabalho e organizações, do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico (PPGDS) da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), com intento de compreender o fenômeno estudado por meio de uma abordagem interdisciplinar, contando com apoio do Grupo de Estudos e Pesquisas em Produção Agropecuária e Desenvolvimento (GEPPAD).

1.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nesta seção serão apresentados os métodos e técnicas utilizados para o desenvolvimento do estudo, incluindo a descrição das atividades e procedimentos que serão adotados.

1.3.1 Enquadramento metodológico

¹ Tal enfoque também se justifica tanto pela formação acadêmica do autor (em comunicação social e aprofundamentos em marketing), como também pela proposição dessa abordagem socioeconômica da bovinocultura.

Esta pesquisa se caracteriza por sua aplicabilidade no ambiente empírico, pois aborda variáveis a respeito de um objeto que se estabelece como uma perspectiva no desenvolvimento socioeconômico na região sul de Santa Catarina, tratando-se assim de uma pesquisa do tipo aplicada (MARCONI e LAKATOS, 2000).

Por tratar-se de uma pesquisa com ênfase na interpretação e na compreensão da cadeia produtiva da carne bovina em Santa Catarina, pautados pela observação e descrição deste processo na região sul de Santa Catarina, foi utilizada para esse estudo a abordagem qualitativa.

Quanto aos objetivos (geral e específico), a pesquisa pode ser considerada heterogênea, contemplando as categorias exploratória (quando se almejou pesquisar informações ainda não disponíveis sobre o objeto de estudo); descritiva (quando se visou apresentar e detalhar as características do fenômeno pesquisado); e explicativa (quando se buscou apreciar as causas e consequências do objeto e discutir uma de suas perspectivas).

Este estudo descritivo, aplicado e qualitativo, será dividido em duas partes: *i) teórica* – a partir de um estudo bibliográfico (livros, periódicos científicos² e *websites*) de assuntos relevantes ao trabalho, voltados para os processos e aspectos envolvidos na pesquisa, procurando elementos que auxiliem no entendimento da temática e no desenvolvimento da teoria; e a *ii) pesquisa de campo* – que será um estudo junto aos *stakeholders* da pecuária de corte catarinense, com a utilização da técnica de levantamento, pesquisa documental e eventuais entrevistas (a definir).

1.3.2 Caracterização do objeto

Com o intuito de compreender a relevância da cadeia produtiva da carne bovina na MSC, buscou-se analisar os principais fatores que identificam a importância desse setor para o estado utilizando o método dedutivo (BÊRNI; FERNANDEZ, 2012), por meio de construções lógicas necessárias para a obtenção da conclusão (CRESWELL, 2010).

Aplicando-se a abordagem qualitativa que considera uma relação entre o mundo e o sujeito que não pode ser traduzida em números

² A pesquisa bibliográfica se deu nas bases dados como: *Google Scholar*[®] (Google Inc.) e *SCOPUS*[®] (Elsevier).

(MARCONI e LAKATOS, 2000), sendo uma pesquisa descritiva, objetivando descrever as características da cadeia, ações dos *stakeholders* e dos possíveis modelos de aglomerados produtivos, estabelecendo uma relação entre essas variáveis; cujos procedimentos baseiam-se em dados, com passos singulares na análise, se valendo de diferentes estratégias de investigação (CRESWELL, 2010),

A análise de conteúdo foi utilizada como técnica de pesquisa, empreendendo-se a análise documental, cujas técnicas adotadas se realizaram pela coleta e análise bibliográfica e documental (MARCONI e LAKATOS, 2000), se valendo dos objetivos metodológicos descritivos e exploratórios (CRESWELL, 2010).

Caracterizada pela abordagem distinta das disciplinas, com suas próprias distinções disciplinares, a interdisciplinaridade do estudo busca, sob a perspectiva das dinâmicas produtivas, advindas de visões da administração e da ciência política, a integração entre as políticas públicas, os modelos de aglomerados produtivos e as inovações tecnológicas (RAYNAUT, 2011).

1.3.3 Delimitação e amostra

Têm-se como universo da pesquisa, o total de indivíduos que possuam atributos similares para determinado objetivo de estudo (MARCONI e LAKATOS, 2000).

O estado de Santa Catarina compreende 95.703,5 km² de superfície territorial, correspondendo a 1,12% do território nacional e 16,91% da região Sul, com uma população estimada de 6,820 milhões de pessoas em 2015, possui 987 mil residentes no perímetro rural e 5,833 milhões na área urbana (EPAGRI/CEPA, 2015).

Mesmo em meio a um cenário econômico que vem nos últimos anos passando por transformações (devido a desregulamentação econômica, abertura do mercado, internacionalização da base produtiva, decisões de investimentos empresariais, especialização produtiva, entre outros aspectos que contribuem significativamente para a economia do país), o estado catarinense permanece entre as dez maiores economias do Brasil por sua diversidade de setores produtivos que constituem sua economia (FEPESSE, 2016).

Buscou-se delimitar a pesquisa de forma temporal (2005-2015), e como espaço de estudo para esse projeto, a Mesorregião Sul Catarinense,

composta por três associações de municípios: Associação dos Municípios da Região de Laguna (AMUREL), Associação dos Municípios da Região Carbonífera (AMREC) e Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense (AMESC)³, conforme figura a seguir.

Figura 1 – Localização da Mesorregião Sul Catarinense



Fonte: Museu da Universidade do Extremo Sul Catarinense (MUESC)

³ As três microrregiões possuem economia diversificada, mas as atividades agropecuárias têm papel fundamental no desenvolvimento de cada uma delas, com destaque para a AMESC, cujos municípios “se caracteriza “por ter sua economia baseada na agropecuária, são compostos por pequenas propriedades rurais e as famílias utilizam a força de trabalho familiar” (ESTEVAM, JORGE E SALVARO, 2014, p. 47).

Por fim, segue uma síntese dos procedimentos de acordo com a estrutura adotada para apresentação dos resultados.

Com o intuito de elaborar um panorama da cadeia produtiva da carne na MSC, foram analisados de forma descritiva e exploratória os principais fatores que identificam a importância desse setor para o estado de SC por meio de construções lógicas necessárias para a obtenção da conclusão (CRESWELL, 2010), aplicando-se a abordagem qualitativa que considera uma relação entre o mundo e o sujeito (LAKATOS; MARCONI, 2001).

Objetivando descrever os sistemas agroindustriais e a cadeia produtiva da carne, e a Mesorregião Sul Catarinense e sua relevância na produção de carne bovina nacional; cujos procedimentos baseiam-se em dados, com passos singulares na análise, se valendo de diferentes estratégias de investigação (CRESWELL, 2010), utilizado como técnica de pesquisa a análise de conteúdo, com técnicas adotadas por meio da coleta e análise bibliográfica e documental (LAKATOS; MARCONI, 2001).

Os procedimentos de investigação e técnicas de coleta de dados foram divididos em três etapas: a primeira consiste na leitura e revisão dos conceitos de sistema produtivos, a partir de base de dados, conceitos e das teorias que serviram de arcabouço teórico; a segunda etapa engloba um levantamento documental – a partir de anuários estatísticos, relatórios, leis, artigos, jornais, sites, manuais e demais publicações – buscando coletar dados e informações relacionadas a MSC e ao setor da bovinocultura; e a terceira etapa contempla a elaboração do panorama do sistema produtivo da carne bovina na Mesorregião Sul Catarinense.

1.4 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO⁴

A dissertação está disposta em três grandes partes, contendo na primeira e na última parte os elementos pré e pós-textuais, e na segunda parte o desenvolvimento do texto. No primeiro capítulo é apresentada a introdução, problemática e questão de pesquisa, justificativa, objetivos, procedimentos e esta seção de estrutura.

⁴ Para estruturar esta dissertação, foi considerada a Resolução n. 02/2012 Câmara PROPEX, que normatiza a elaboração e apresentação de dissertações e teses da Universidade do Extremo Sul Catarinense.

O segundo capítulo da dissertação é composto pela fundamentação teórica e o referencial bibliográfico. Buscou-se uma caracterização para o objeto, a partir de estudos que envolvem modelos de aglomerados produtivos, seguido de uma seção que trata da teoria dos *stakeholders*.

No capítulo três são expostos os resultados e discussões acerca do objeto pesquisado em correlação ao referencial. A ideia é de descrever as principais ações adotadas pelos *stakeholders* que corroborem com o desenvolvimento da cadeia produtiva da carne bovina do sul do estado de Santa Catarina.

No quarto e último capítulo, constam as considerações finais, que são retomados os objetivos e os questionamentos, cujas repostas auxiliaram no entendimento dos exemplos observados, bem como na identificação das limitações e na indicação de possibilidades para novas pesquisas derivadas do objeto estudado.

2. REFERENCIAL TEÓRICO e REVISÃO DE LITERATURA

2.1 MODELO DE AGLOMERADOS PRODUTIVOS

Compreender os conceitos, definições e formatos dos aglomerados, é fundamental para entendermos a concepção e a formação da cadeia produtiva bovina de corte em Santa Catarina, pois dessas associações de empresas podem resultar vantagens competitivas, bem como suas perspectivas de crescimento e o desenvolvimento econômico regional por meio dessas atividades.

Ao aprofundar a pesquisa sobre a terminologia, tem-se: aglomerados, do inglês *clusters*; traduzido do italiano, distritos. Observa-se uma discrepância em suas definições, origens, conceitos e classificações hierárquicas (CHORINCAS; MARQUES; RIBEIRO, 2001). Para fins deste estudo, tratou-se inicialmente dos aglomerados de forma geral, como sendo aglomerados produtivos, de modo a introduzir a temática para que se possa posteriormente aprofundar-se nos diversos aglomerados produtivos (que englobam esses modelos), incluindo-se então o próprio aglomerado (*cluster*), entre outros. Para isso, buscou-se os modelos de aglomeração produtiva mais relevantes encontrados na literatura, dentre os quais são contemplados nesse capítulo.

Os aglomerados produtivos fortalecem as regiões e têm um papel importante na microeconomia, envolvendo toda a sociedade, principalmente as empresas, os órgãos do governo, escolas, universidades, entre outros (CASSIOLATO; LASTRES, 2013). Para melhor compreender esses agrupamentos, buscou-se condensar os estudos dos principais autores de cada nomenclatura, afim de se ter um panorama amplo sobre cada aglomerado produtivo.

Definir, conceituar e padronizar as nomenclaturas referentes aos modelos de aglomerados existentes, é uma tarefa complexa que gera possíveis controvérsias ou similaridades, pois inúmeros são os fatores analisados, tais como: historicidade e evolução, contexto social e cultural, organização institucional e industrial, suas formas de governança, logística, associativismo, cooperação entre seus agentes, formas de aprendizado, grau de conhecimento, entre outras variáveis (SUZIGAN et al., 2004).

Esses fatores corroboraram para o entendimento, a formação e a diversificação dos diversos aglomerados produtivos existentes, dentre os

quais serão apresentados a seguir: Arranjos Produtivos Locais, *Clusters*, Distritos industriais, Redes de Empresas, Sistemas Produtivos e *Inovativos Locais*.

2.1.1 Distritos industriais

No final do século XIX, Marshall iniciou um estudo pioneiro ao pesquisar as concentrações de pequenas e médias empresas nas imediações das grandes indústrias localizadas nos arredores das cidades da Inglaterra. Essas aglomerações produtivas inter-relacionadas – de pequenas, médias e grandes empresas – ficaram conhecidas como distrito industrial. A partir dessa análise, observou-se que a concentração de empresas em uma mesma localidade tende a promover vantagens competitivas, dentre as quais, o aumento do volume de produção, o melhoramento da organização e o desenvolvimento promovido pela integração entre os agentes (MARSHALL, 1920).

Um movimento semelhante foi disseminado na região central da Itália (o modelo italiano de desenvolvimento regional), conhecido como Terceira Itália (posicionado entre o norte desenvolvido e o sul empobrecido). Estudado inicialmente por Piore e Sabel (1984), os distritos industriais estavam apresentando um alto potencial de crescimento, cujas organizações associativistas de pequenas e médias empresas conseguiram obter resultados surpreendentes ao gerarem uma competitividade internacional. Exemplo que ficou conhecido e referenciado como um exemplo de sucesso deste modelo de organização espacial de atividades, tornando o conceito de *clusters* um dos mais relevantes na pesquisa e na construção de um desenvolvimento econômico.

Autores como Pyke e Sengenberger (1992), continuaram e aprimoraram os trabalhos de Marshall sobre essas dinâmicas econômicas, definindo os distritos industriais como sendo: sistemas produtivos definidos geograficamente e caracterizados por diversas empresas (maioria micro e pequenas empresas) que se ocupam de inúmeras fases e formas na produção de um produto homogêneo.

Nesse período, percebeu-se um interesse dessa temática (aglomerados) – por parte dos pesquisadores –, onde iniciou-se uma divergência de posicionamentos e diferentes definições sobre essas aglomerações, motivando autores a iniciarem um trabalho de distinção

dessas nomenclaturas que começaram a surgir (distrito industrial e *cluster*).

Essa falta de precisão e indefinição conceitual incomoda Enright (1993), que considera essencial o emprego de termos relativamente amplos, tal qual o de aglomerados (*clusters*) regionais, e destaca que grande parte dos termos focam na concentração geográfica de firmas e na especialização produtiva de determinadas indústrias.

Enright (1993) afirma que os distritos industriais – além de serem considerados uma concentração geográfica de firmas envolvidas em processos de produção interdependentes pertencentes aos mesmos segmentos industriais – precisam envolver-se com a comunidade local, como por exemplo, considerando a necessidade de delimitação da distância no percurso feito pelos trabalhadores diariamente.

Becattini (1990) afirma que a interação da comunidade com a empresa é que diferencia um *cluster* de um distrito industrial. Sendo o *cluster*, um aglomerado mais simples, e o distrito um ambiente mais complexo por se caracterizar pela participação ativa de grupos de pessoas e empresas unidos num mesmo ambiente, cujas empresas precisam se especializar em uma ou poucas fases do processo de produção de determinado produto dentro do distrito. O autor também utiliza o exemplo da Terceira Itália para referenciar as organizações em rede, afirmando que o capital social é responsável por conectar essas aglutinações.

Markusen (1996) se baseia nos distritos industriais italianos para destacar o envolvimento das pessoas entre os atores (*stakeholders*) envolvidos, além da competição que ocorre entre as empresas, afim de criarem estratégias coletivas com o intuito de promover a estabilização do mercado. O autor afirma que o conceito de distrito industrial acoberta outros modelos de aglomerado, normalmente enfatizados por uma grande indústria que toma a frente, e empresas menores que tendem a atender as necessidades dessa grande empresa, geralmente estimulados por ações governamentais.

Autores questionam a teorização dos estudos de aglomerados e distritos industriais, afirmando possuírem modelos fragilizados, criticando-os por estarem fora da realidade, pois ao pesquisar sobre a temática não construíram as características desses distritos de maneira rigorosa, causando um afastamento entre os modelos idealizados (exemplo da experiência da Terceira Itália) e o mundo real (MARKUSEN, 1996; RABELLOTTI, 1995; SCHMITZ; NADVI, 1999).

Becattini (1990) afirma que é indispensável haver uma integração

entre as empresas e os moradores locais, existindo a necessidade de existir uma inter-relação (com troca de informações e aspectos socioculturais) das empresas com as comunidades que estão localizadas ao seu entorno. Cujas movimentações econômicas favorece e facilita a possibilidade de aumentar as exportações e ao mesmo tempo receberem investimento externo, bem como incentivos governamentais (PORTER, 1999). Essas redes de empresas alocadas nos aglomerados, por muitas vezes correspondem a um mesmo fenômeno, tornam-se um recorte mesoeconômico da dinâmica industrial (BRITTO, 1999).

Mytelka e Farinelli (2000) consideram os distritos industriais como sendo a concentração espacial de empresas, de seus fornecedores de insumos, e da prestação dos serviços industriais, porém observa a junção de políticas regionais de desenvolvimento.

Já Chiarvesio et al. (2004), também consideram os distritos industriais como sendo redes locais de pequenas e médias empresas, e ressaltam que a competitividade se findou em uma combinação de relações econômicas e sociais.

Para Orssatto (2002), nos distritos industriais é imprescindível que as empresas se inter-relacionem, mas que busquem competir entre si, e que cada indústria assuma uma estratégia com características diferentes. Além de enfatizar sobre a validação da configuração de um *cluster*, tendo como premissa que todas as empresas envolvidas produzam os mesmos tipos de produtos.

Os benefícios de uma empresa ao participar de um distrito industrial, vão desde o aprimoramento de suas normas e valores, até a transferência de conhecimento, podendo ser consideradas como vantagens competitivas para as empresas envolvidas com a rede local pela proximidade entre os atores do processo (MOLINA-MORALES e HOFFMANN, 2002; SILVA, 2002).

Os distritos industriais no Brasil possuem conceitos um pouco diferentes dos apresentados pelos autores clássicos, pois são iniciados a partir de incentivos do governo, que reservam regiões (ou aglomerado de lotes) para empresas se instalarem (REDESIST, 2017).

Por fim, conclui-se que os distritos industriais empreendem somente um segmento da indústria, podendo ser considerados como redes de intensas relações entre os *stakeholders* e as empresas, gerando vantagens coletivas que propiciam um ambiente com normas e valores em comum. Entretanto, essa integração deixa os processos mais abertos e transparentes, revelando algumas práticas e conhecimentos internos das

empresas, cujos concorrentes podem ser capazes de absorver pela observação.

2.1.2 Clusters (Aglomerados)

Consolidada por Michael Porter, a teoria dos aglomerados contempla enfoques estratégicos, produtivos e competitivos no ambiente empresarial. Tese embasada nas obras “*The competitive advantage of nations (1990)*” e “*On competition (1998)*”, que servem de arcabouço para sustentar sua teoria.

Porter (1990) inicia afirmando que as empresas transcendem as nações na competição dos mercados internacionais, utilizando a indústria como análise básica para compreender a competição, seja ela interna ou internacional. A natureza da competição, se materializa em cinco forças competitivas: *i)* ameaça de novas empresas; *ii)* ameaça de novos produtos; *iii)* poder de barganha dos fornecedores; *iv)* poder de barganha dos compradores; *v)* rivalidade entre competidores existentes.

Essas cinco forças competitivas corroboram para o fortalecimento das vantagens competitivas, que na teoria de Porter, consistem em dois tipos: “menor custo” e a “diferenciação”, ambas tendo como objetivo alcançarem uma produtividade superior à dos concorrentes. A vantagem competitiva do menor custo, seria a capacidade de uma empresa de projetar, produzir e comercializar novos produtos, mais eficientes do que seus competidores. Já a vantagem da diferenciação, seria a capacidade de proporcionar alto valor agregado, perceptível ao cliente em termos de qualidade do produto, características especiais e assistência técnica de qualidade (PORTER, 1990).

Além das forças competitivas expostas por Porter (1990), tem-se os ambientes internos e externos influenciando constantemente as orientações estratégicas das organizações que buscam incessantemente formas de se capacitar para formularem e implementarem estratégias que lhe permitam manterem-se competitivas, duradouras e sustentáveis no mercado (KUPFER E HASENCLEVER, 2013; SLATER; OLSON; HULT, 2006).

Assim sendo, as ações estratégicas e decisões de uma firma precisam estar em consonância com as práticas de concorrência de seus competidores, fazendo escolhas estratégicas condizentes com a dinâmica competitiva do mercado para não ficarem distantes das ofertas de

mercado (KUPFER E HASENCLEVER, 2013). A relação de como as estratégias mais eficazes são moldadas nas empresas, vem sendo a principal ação dos gestores no gerenciamento estratégico nos últimos anos, cujo objetivo se finda em obter um maior desempenho por meio do desenvolvimento de capacidades de formação e de implementação para as diferentes orientações estratégicas (SLATER; OLSON; HULT, 2006).

Para Slater et al., (2006), uma vantagem competitiva ocorre quando a estratégia aumenta a eficácia ou eficiência de uma empresa, sendo essa estratégia valiosa, rara e difícil de ser reproduzida pelos concorrentes. Os autores ressaltam três pontos importantes para que as ações possam ser mais efetivas: *i)* o primeiro ponto é a clareza das metas, que foca nos propósitos, definindo a finalidade das atividades e do diferencial competitivo da empresa; *ii)* o segundo ponto analisa o posicionamento que a empresa desenvolve em suas atividades; *iii)* o terceiro ponto aborda estratégias alternativas, e sua importância na compreensão de avaliações que objetivam explorar planos de reserva viáveis de serem colocados em prática.

Kupfer e Hasenclever (2013) propõem a existência de três grupos de fatores que são determinantes de competitividade e influenciam a capacidade das empresas de formular e implementar estratégias concorrenciais: *i) fatores empresariais*: os quais a empresa tem poder de decisão e referem-se ao seu estoque de recursos acumulados (capacitação, flexibilidade de produção, desempenho, logística, marketing); *ii) fatores estruturais*: são os quais a empresa tem uma limitação na intervenção (taxas de crescimento, nível tecnológico, distribuição geográfica); *iii) fatores sistêmicos*: constituem externalidades restritas para a empresa, com poucas ou nenhuma possibilidade de intervir (macroeconômicos, sociais, políticos, legais, regulatórios, infraestruturas, internacionais).

Esses fatores contribuem para uma melhor eficácia no resultado das empresas, mas é na cadeia de valores que as atividades tornam a indústria mais competitiva, gerando mais valor para o comprador. As atividades na cadeia de valor são classificadas em atividades primárias e de apoio, sendo: *i) as primárias*, relacionadas a produção, comercialização, entrega e assistência; *ii) as de apoio*, relacionadas aos insumos, tecnologia, capital humano e atividades que apoiem as atividades primárias (PORTER, 1990).

A competitividade imposta as empresas para obterem vantagens na cadeia de valor, são complementadas pelas alianças estratégicas. Essas empresas são motivadas a formarem alianças estratégicas com o intuito

de obterem poder de mercado, mas principalmente por facilitar o acesso ao conhecimento ao invés de adquirir ele. Para Grant e Baden-Fuller (2004), essas alianças contribuem para a eficiência na aplicação do conhecimento, com o objetivo de melhorar continuamente o processo de sua implementação na produção de bens e serviços complexos, como também no aumento da eficiência na utilização dele.

Grant e Baden-Fuller (2004), consideram o conhecimento como sendo o recurso mais importante da empresa, cuja principal tarefa de produção é integralizar uma ampla gama de conhecimento; por isso, é importante compreender melhor o processo organizacional para que se tenha um controle maior sobre sua utilização.

As organizações agem simultaneamente como mecanismos de transferência de conhecimento social e fontes de criação de novos conhecimentos, tendo duas formas de explorar o conhecimento: *i) exploration* – pela geração do conhecimento; e *ii) exploitation* – pela aplicação do conhecimento (GRANT; BADEN-FULLER, 2004).

Para Grant e Baden-Fuller (2004), o principal motivo para a formação de redes com base no conhecimento, é a facilitação do acesso ao conhecimento sem precisar adquiri-lo; cuja eficiência de integração é otimizada por meio das organizações especializadas em diferentes áreas do conhecimento e conectadas em redes.

Essas alianças estratégicas englobam diferentes formas de colaboração, como: acordos de terceirização, acordos de provisionamento, parcerias fornecedor-comprador, projetos conjuntos de pesquisa, desenvolvimento compartilhado de novos produtos, colaboração técnica, arranjos de fabricação compartilhado, acordos comuns de distribuição, arranjos de venda cruzada, acordos de distribuição, *franchising*, *holdings* e *joint ventures* (GRANT; BADEN-FULLER, 2004).

Para Porter (1990), a formação de alianças também pode gerar vantagens competitivas, sendo elas: *i)* as economias de escala, economias de aprendizado; *ii)* a facilitação do acesso aos mercados locais, as tecnologias e o conhecimento as exigências do mercado; *iii)* redução e distribuição de riscos; *iv)* regulamentação da concorrência.

As vantagens competitivas tendem a ser geradas em meio aos agrupamentos, no ambiente externo das empresas. Fator que promove a competitividade, e acaba trazendo o governo para fazer parte desse processo, fomentando esses aglomerados a fim de impulsionar seu crescimento e favorecer a economia regional (PORTER, 1990).

Para serem contempladas em ações estratégicas dos governos, é importante diferenciar os tipos de aglomerações. De modo geral, as aglomerações regionais podem ser classificadas em três tipos: *i) aglomeração industrial*, em setores tradicionais da indústria ou artesanais, como produtores de calçados, mobiliário, confecções e metalurgia, que identificam atividades de cooperação, produções especializadas e arranjos sociais e institucionais não formais; *ii) complexos tecnológicos (hi-tech)*, a partir de grandes investimentos em pesquisa e desenvolvimento, excelência na produção de produtos sofisticados, a exemplo do Vale do Silício; *iii) aglomeração de grandes empresas*, visando uma importância regional, por meio de suporte institucional, por meio de alta qualidade, educação, pesquisa e desenvolvimento, telecomunicações e infraestrutura (CASSIOLATO; SZAPIRO, 2003).

A Rede Européia de Agências de Desenvolvimento – EURADA, sintetizou os aglomerados como sendo concentrações geográficas de firmas e instituições que estão interconectadas dispostas em um campo ou setor particular, englobando uma coleção de indústrias e outras entidades essenciais para que haja competitividade (EURADA, 1999).

Na visão de Porter (1999), os aglomerados são considerados agrupamentos setoriais de empresas e instituições em determinada região geográfica, cujas interações promovem a geração da capacidade de inovar e criar conhecimento especializado. Entretanto, afirma que para compreender o fenômeno dos aglomerados não se pode analisá-lo isoladamente, pois é imprescindível contextualizá-lo numa teoria de competição e de influência da localização, que passa a ser uma estratégia de vantagem competitiva, em meio a uma nova economia globalizada, complexa, dinâmica e baseada no conhecimento; defendendo que a teoria dos aglomerados promove um elo de ligação entre a teoria das redes e a da competição.

Concluiu-se que os *clusters* são concentrações geográficas de empresas (similares, relacionadas ou complementares), atuantes na mesma cadeia produtiva afim de obterem vantagens competitivas e de desempenho, compartilhando infraestrutura e um mercado de trabalho especializado e confrontando-se com oportunidades e ameaças comuns (PORTER, 1990; DOERINGER e TERKLA, 1995; ROSENFELD, 1977; EURADA, 1999).

2.1.3 Arranjos Produtivos Locais

Ao fazer uma busca em base de dados (*Google Scholar*®, Google Inc.) pela terminologia “Arranjo Produtivo Local”, observa-se um vasto conteúdo de origem predominantemente brasileira. Ao pesquisar (junho de 2017) por essa terminologia (tanto no plural como no singular), obteve-se aproximadamente 15.400 resultados sobre esse assunto.

Entretanto, ao filtrar a pesquisa de APL por conteúdos restritos a sites de origem brasileira, continua a ter uma predominância de aproximados 14.900 resultados. Com essa pequena amostra por intermédio da referida base de dados, podemos deduzir que quase a totalidade (96,75%) dos trabalhos científicos que tratam de Arranjos Produtivos Locais são provenientes do Brasil.

Ao se fazer a tradução literária do português para uma língua estrangeira (inglês), tem-se como resultado a expressão: “*Local Productive Arrangements*”, cujos resultados dessa busca retornam apenas 1.210 resultados. Contudo, ao filtrar essa pesquisa de base de dados por conteúdo de origem de língua portuguesa, ainda permanecem expressivos 771 resultados para a terminologia no idioma inglês.

Com isso, constata-se que no ambiente acadêmico a expressão Arranjo Produtivo Local se popularizou e ganhou forças apenas no Brasil, e os resultados da pesquisa de sua tradução literária: *Local Productive Arrangements*, foi resultante de resumos (*abstracts*) escritos em inglês, pelos brasileiros.

Corroborando com essas informações, a partir de 1990 que se começou a utilizar a expressão Arranjo Produtivo Local com maior frequência no Brasil, de modo a ser considerado um espaço social, econômico e historicamente construído por meio de uma aglomeração territorial local (definida e limitada) de atores econômicos, políticos e sociais com vínculos entre si (mesmo que embrionários), focados em um conjunto específico de atividades econômicas com afeições análogas e inter-relacionadas ou interdependentes por intermédio de fluxos de bens e serviços (CASSIOLATO E LASTRES, 1999; DA COSTA, 2010).

Os APLs se constituem por um tipo particular de *cluster* e distritos industriais, mas que se diferenciam pelo seu caráter histórico resultante do ambiente econômico, da cultura e das relações sociais locais advindo de conceitos e estudos da escola neo-schumpeteriana de aprendizado e inovação, o APL precisa (em sua dimensão territorial) ser apto a

apreender esses conceitos (CASSIOLATO E LASTRES, 1999; SEBRAE, 2014).

O Observatório Brasileiro de Arranjos Produtivos Locais (OBAPL, 2011), considera os APLs como sendo aglomerações de empresas localizadas em um mesmo território, apresentando especializações produtivas e mantendo vínculos de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com demais atores locais (governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa).

Para o SEBRAE (2014), os APLs são formados por pequenas e médias empresas reunidas em torno de um ramo de atividade, agrupando-se localmente num ambiente sociocultural por meio de relacionamentos formais e informais entre essas empresas e demais agentes envolvidos (governo, associações empresariais, instituições de crédito, universidades), desenvolvendo aprendizagem, articulação, interação, cooperação e compartilhando uma cultura em comum.

A Rede de Pesquisa em Sistemas e Arranjos Produtivos e Inovativos Locais (REDESIST, 2017), identifica o APL como sendo todo e qualquer bem ou serviço, que ao redor da produção, existam atores (*stakeholders*) que se envolvam com as atividades por intermédio da negociação de máquinas, matérias-primas, insumos e outros. Sejam eles nas suas mais variadas formas, desde os mais simples (ausência de articulação entre os agentes) até os mais complexos (podendo ser altamente articulados como os Sistemas Produtivos Locais).

Entretanto, autores como Cassiolato e Szapiro (2003) discordam desse posicionamento de poder caracterizar os arranjos produtivos como sistemas, justificando que a simples interação entre os agentes ainda é incipiente e precisam ser mais desenvolvidas. Amato Neto (2000) corrobora, observando a dificuldade dessa caracterização, alegando que os sistemas produtivos podem ser aglomerados ou dispersos.

Essas interações entre as firmas dos APLs podem ser tanto cooperativas como competitivas, cujas produções podem possuir atividades similares ou complementares, sendo compostas por centros de pesquisa, empresas produtoras de bens e serviços, centros de capacitação, centrais de treinamento e unidades de pesquisa e desenvolvimento, públicas e privadas. Além do relacionamento comercial, essas interações tendem a gerar ganhos de escala e economias externas associadas ao compartilhamento do conhecimento e à redução dos custos de transação, conforme Caporali e Volker (2004).

Da mesma forma que os *clusters*, os APLs possuem características

similares, entre as quais: cooperação e competição, imediação geográfica, execução de atividades similares, entre outras. Entretanto, autores distinguem esses aglomerados por características particulares.

Figueiredo e Di Serio (2007) afirmam que os APLs e os *clusters* não são exatamente iguais, pois se diferenciam principalmente pela intensidade dos seus vínculos, afirmando que os *clusters* tendem a firmar seus relacionamentos com empresas privadas, enquanto as APLs possuem vínculos mais aderentes com o governo. Outro fator que diferencia um *cluster* de uma APL, é que as atividades produtivas são exercidas exclusivamente pelas APLs, já os *clusters* englobam atividades comerciais e prestação de serviços (Kwasnicka, 2006).

Considerados aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais com vínculos entre si, os arranjos produtivos locais, visam trabalhar sob um conjunto específico de atividades econômicas (Lastres et al., 2003; Sebrae, 2014). De modo geral, podem ser entendidos como grupos de agentes em plena sincronia econômica e operacional, alocados num ambiente competitivo em busca de harmonia, interação e cooperação, apesar de estarem em contato com agentes e seus distintos graus de poder (Da Costa, 2010; Sebrae, 2014).

Abrangendo a participação e interação das empresas produtoras de bens e serviços finais, fornecedoras de insumos e equipamentos, prestadoras de consultorias e serviços, comercializadoras, clientes e demais agentes que possam interagir nessa cadeia produtiva, como também as instituições públicas e privadas, escolas técnicas, universidades – objetivando a formação e capacitação de recursos humanos – pesquisa, engenharia, desenvolvimento, política, promoção e financiamento, afim de contribuírem nessa cadeia mercadológica (Suzigan et al., 2004).

Com o intuito de amenizar o risco de entendimentos prolixos, Da Costa (2010) destaca que o termo se refere a quaisquer atividades similares ou interdependentes no espaço, independente de seu tamanho organizacional ou de sua atividade econômica, estando em qualquer setor da economia – primário, secundário ou terciário – podendo considerar desde as pequenas estruturas artesanais, com pequena dinamicidade, até enormes e complexos arranjos produtivos com elevado grau tecnológico. Evento que acresce a competitividade entre as organizações por meio da eficiência coletiva, por meio dos setores e da cadeia produtiva de sua região, resultado desta conformação geográfica, social e econômica.

Os APLs baseiam-se em inter-relações empresariais, institucionais e sociais, acarretando melhora dos resultados em eficiência coletiva, sendo capazes de promover a coordenação e a participação dos atores (*stakeholders*) em ações cooperativas que geram um crescimento no desempenho econômico nesses aglomerados. Vantagens que só são possíveis pela ação coletiva, tornando-se uma tarefa impraticável para empresas isoladas (DA COSTA, 2010; NETO, 2000).

2.1.4 Sistemas Produtivos e Inovativos Locais

Oriundos de políticas de incentivo (privadas ou públicas) de longo prazo, os Sistemas Produtivos e Inovativos Locais (SPIL) possuem uma formação com vínculos territoriais propícios ao desenvolvimento de ambientes de interação, estando alicerçadas em demandas econômicas, sociais, culturais e políticas, por meio da cooperação e da reciprocidade entre os atores envolvidos (LASTRES, 2003).

Com características similares aos dos aglomerados produtivos, os SPILs são considerados um conjunto de atores econômicos, políticos e sociais, situados em um mesmo território geográfico, cujas atividades econômicas de desenvolvimento são correlatas, e suas produções estão conectadas por interação, aprendizagem e cooperação com fortes vínculos, interdependência e articulação, resultantes da competitividade entre as empresas, e em prol de um desenvolvimento local por intermédio da geração de iniciativas inovativas endógenas (CASSIOLATO e SZAPIRO, 2002; LASTRES, 2003; REDESIST, 2017).

Considera-se os sistemas produtivos locais como sendo uma região estruturada, por meio de um planejamento territorial e da interação dos órgãos públicos e privados. Possuindo intensa concentração de interesses sociais que contribuem para que as micro, pequenas e médias empresas se superem produtivamente, potencializando a expansão de suas relações comerciais para outros mercados, tanto nacionais como internacionais (CASAROTTO; MINUZZI; DOS SANTOS, 2016; REDESIST, 2017).

Alguns autores buscam pontos pertinentes para caracterizar os Sistemas Produtivos Locais, diferenciando-os dos demais aglomerados produtivos por meio de peculiaridades, como a configuração de pequenas e médias empresas agrupadas em determinada área, e pela particularização de um processo, produto, atividade produtiva ou um negócio (EURADA, 1999); como também, pelos seguintes pontos que os

diferenciam: *i) solidariedade*, presente entre os diversos *stakeholders*, mas mantendo a competitividade entre eles (CASAROTTO e PIRES, 2001; CASTRO, 2000; EURADA, 1999); *ii) ambiente social e cultural*, que tende a transformar a sociedade na qual o aglomerado esta inserido, buscando uma qualidade de vida melhor para as pessoas (CASAROTTO e PIRES, 2001; CASTRO, 2000); e as *iii) redes cooperativas de negócios*, caracterizadas também pela concentração territorial (CASAROTTO e PIRES, 2001; CASSIOLATO e SZAPIRO, 2002; CASTRO, 2000; EURADA, 1999; LASTRES, 2003).

De acordo com Lastres (2003), as características que definem um SPIL são: *i) Dimensão territorial* – constituído por ações políticas, é a definição de uma área produtiva, inovativa e cooperativa composta por um local específico (município; conjunto de municípios; microrregião; entre outros); *ii) Diversidade de atividades e atores econômicos, políticos e sociais* – podendo ser: organizações (públicas e privadas), universidades, organizações de pesquisa, empresas de consultoria e de assistência técnica, órgãos públicos, entre outros; *iii) Conhecimento tácito* – que são os processos de geração, compartilhamento e socialização de conhecimentos (provenientes, implícitos e incorporados de empresas, organizações, indivíduos ou até mesmo regiões), afim de gerar vantagens competitivas; *iv) Inovação e aprendizado interativo* – essenciais para a transferência de conhecimento, incentivando as organizações a desenvolverem capacitação produtiva e inovativa; *v) Governança* – que refere-se aos modos de coordenação entre os agentes e as atividades, desde a produção até a distribuição de bens e serviços, além do processo de geração, disseminação e da utilização do conhecimento e das inovações; *vi) Grau de enraizamento* – ocorrendo a partir dos diferentes agentes, organizações e mercado consumidor local, por intermédio das capacitações e dos recursos humanos, naturais, financeiros e técnico-científicos.

Melo e Casarotto (2000), enaltecem o sistema produtivo estruturado como sendo o fator principal de diferenciação dos Sistemas Produtivos e Inovativos Locais dos demais aglomerados, e corroboram do mesmo pensamento de considerá-los como uma concentração de empresas de um mesmo setor, sendo um modelo de desenvolvimento promovido por agentes locais e inter-relacionados.

Essa concentração geográfica de empresas, conectadas por rede, incentiva e facilita a disseminação do conhecimento e da inovação entre os atores, contribuindo para a competitividade das empresas e dos produtos pertencentes ao aglomerado (NETO e GARCIA, 2003; GALVÃO 1999).

A cooperação também é identificada como um diferencial nos sistemas produtivos locais, sendo as principais: a *i) cooperação produtiva*, que busca alcançar economias de escala e de escopo, além da melhoria dos indicadores de produtividade e qualidade; e a *ii) cooperação inovativa*, que tem como objetivo reduzir os riscos, diminuir os custos, obter um maior rendimento no menor tempo possível, e promover um aprendizado interativo afim de potencializar a criação produtiva e inovativa (REDESIST, 2017).

Os SPILs são normalmente compostos por diversos *stakeholders*, sendo os principais: clientes, cooperativas, associações, empresas prestadoras de serviço, produtoras de bens e serviços, representantes, comercializadoras, financeiras e organizações com foco em pesquisa e desenvolvimento, informação, engenharia, recursos humanos, entre outras (LASTRES, 2003).

Por envolver agentes econômicos e sociais, a estratégia em rede fundamentada nesses sistemas produtivos de inovação, evidenciam a importância da aprendizagem e inteiração a respeito dos avanços tecnológicos; como o fortalecimento das inter-relações por meio da inovação competitiva, transformação organizacional e do posicionamento em rede entre os atores que constituem o aglomerado (LUNDVALL, 2010; REDESIST, 2017).

2.1.5 Redes de Empresas

As redes de empresas compreendem interações e transações de informações e conhecimentos entre os agentes, independente de sua proximidade geográfica. Delineando formatos organizacionais que são definidos a partir de articulações entre as empresas, podendo estar presente nos demais aglomerados produtivos: *clusters*, distritos industriais, arranjos produtivos, sistemas produtivos locais e outros (REDESIST, 2017).

Considerado por Porter (1998) como um método organizacional de atividades econômicas por meio de cooperação interfirmas; o conceito de rede de empresas compreende a estrutura de ligação entre os atores pertencentes a qualquer sistema produtivo (BATALHA e SILVA, 2001), e corresponde a arranjos inter organizacionais com vínculos cooperativos sistemáticos entre as firmas, afim de produzir competências produtivas, tecnológicas ou organizacionais (BRITTO, 2002), possuindo um modelo

de relações sociais para um conjunto de organizações, pessoas, grupos ou posições (ALSTYNE, 1997).

As redes são resultantes de acordos de longo prazo entre organizações distintas, objetivando manter vantagens competitivas no mercado com a otimização dos custos de processos e de coordenação, por meio de elos e objetivos em comum que os unam (CASAROTTO E PIRES, 2001).

A teoria de redes de empresas é complementada por outras teorias, tendo como arcabouço principal, a teoria organizacional, mas também as teorias da comunicação, da pesquisa operacional e a teoria dos pequenos grupos (PORTER, 1998).

De acordo com Neto (2000), na formação das redes de empresas, destacam-se três variáveis que podem ser identificadas: *i) Diferenciação* – que promove benefícios inovadores a custos reduzidos para todos os atores participantes da rede; *ii) Interdependência entre firmas* – adota-se como uma conformidade organizacional, cuja estrutura de formação é primordial para a rede; *iii) Flexibilidade* – essencial para a rede e todos seus aspectos (inovação, produção, organizacional, entre outros).

Casarotto (2002) classifica as redes de empresas em dois grupos: *i) micro rede* – pertencentes a uma associação de empresas que visa garantir competitividade em conjunto; e a *ii) macro rede* – como sendo uma associação de empresas quem tem como objetivo o desenvolvimento, vinculadas e integradas a entidades representativas da região.

Para Casarotto e Pires (2001), a rede ocorre por duas vertentes: *i) rede topdown (ou modelo japonês)* – onde uma pequena empresa se destaca e passa a coordenar a cadeia produtiva e seus atores; e a *ii) rede flexível* – onde as empresas se unem para atingir objetivos em comum, predominantemente presente em econômicas desenvolvidas.

Já Zaleski (2000), apresenta uma proposição semelhante para categorizar as redes, sendo elas: *i) redes duras* – compostas por pequenas empresas que cooperam entre si, afim de produzirem e distribuírem um novo produto ou serviço para novos mercados; e *ii) redes leves* – constituídas por empresas do mesmo segmento ou alocadas no mesmo espaço geográfico, são grandes redes conduzidas a resolverem problemas econômicos utilizando estratégias de cooperação.

Para as pequenas e médias empresas, a formação de redes contribui para que elas possam competir com as grandes empresas, mantendo o valor de suas características de flexibilidade e agilidade (SANTOS e

VARVAKIS, 1999), tornando-se competitivas e contribuindo localmente para o desenvolvimento de sua economia por meio de estratégias (CASAROTTO e PIRES, 2001). Isoladamente, as pequenas e médias empresas não conseguem transformar a realidade da economia local, porém, ao comporem redes, essas mesmas empresas agregam novos valores para obterem vantagens competitivas (ORSSATTO, 2002).

Por fim, Neto (2001) afirma que o fenômeno de redes é modesto em países recentemente industrializados (como o sudoeste asiático e América Latina), evidenciando não ser uma atividade exclusiva de nações desenvolvidas. No Brasil, em meio a um panorama de globalização econômica, este tipo de cooperação em rede possibilita a empresa acarretar um desenvolvimento sustentável.

2.2 STAKEHOLDERS

Esta seção propõe apresentar a Teoria dos *Stakeholders*, suas definições, conceitos, atores, modelos propostos e sua importância no ambiente empresarial.

Surgido em 1963, ao ser mencionado em um memorando interno do *Stanford Research Institute* (SRI), a palavra *stakeholder* foi utilizada para referir-se a um grupo de atores necessários para dar apoio e suporte a continuidade das organizações.

Em 1984, o termo *stakeholders*, foi teorizado e consolidado por Richard Edward Freeman em sua obra “*Strategic Management: A Stakeholder Approach*”, tornando-se uma das literaturas mais referenciadas sobre o assunto. Freeman (1984) definiu *stakeholders* como sendo grupos ou indivíduos que são afetados pela organização (ou podem afetar ela) afim de realizarem seus objetivos, tornando-se um guarda-chuva para a gestão estratégica das organizações.

A palavra *stakeholder* teve tamanha repercussão e acabou ganhando novas definições, para diferentes contextos, propostas por diversos autores (FRIEDMAN E MILES, 2006).

Ao perceber que a teoria dos *stakeholders* tem sido utilizada de formas distintas por diferentes autores, Donaldson e Preston (1995) conflitaram críticas e defesas acerca dessa teoria, a partir de diferentes argumentos a favor e contraditórios. E foi a partir desses estudos, que os autores (1995) consideram *stakeholders* como sendo pessoas ou grupos (investidores, empregados, gerentes, outros atores) que têm interesses

legítimos nas atividades da empresa (com aspectos substantivos ou processuais), por intermédio de contratos legais com a empresa ou não (empregados em potencial, comunidade com interesses sociais e ambientais, entre outros).

Clarkson (1995) enfoca a terminologia sobre os aspectos sobrevivência da organização, considerando que *stakeholders* são pessoas ou grupos que possuem ou exigem direito, propriedade ou interesse pela empresa (seja de posse ou de reivindicação), e pelas atividades passadas, presentes e futuras das organizações.

Já Hitt (2005), concorda com Donaldson e Preston (1995); Clarkson (1995), considerando os *stakeholders* como sendo indivíduos ou grupos capazes de afetar e de serem afetados pelos resultados estratégicos obtidos pela empresa, possuindo reivindicações aplicáveis e vigentes acerca do desempenho da organização. E corrobora afirmando que as organizações possuem relação de dependência com todos os *stakeholders*.

Hitt (2005) classifica ainda os stakeholders em três grandes grupos: *i) mercado de capitais* – composto por acionistas, provenientes das principais fontes de capital; *ii) mercado de produtos* – que são os principais clientes, fornecedores, comunidade e os sindicatos; e o *iii) mercado operacional* – contemplado pelos empregados. Os recursos financeiros provenientes do mercado de capitais, viabilizam os negócios e a existência dos demais stakeholders (mercado de produtos e operacional).

Para Oliveira (2008), os *stakeholders* são grupos de interesse que exercem poder de legitimidade e influência perante as empresas, interagindo (de forma direta ou indireta) com os gestores, proprietários e acionistas da organização. Tende a englobar o gerenciamento de relacionamentos entre os diversos atores que compõem o ambiente empresarial, com o intuito de integrarem seus diferentes objetivos.

A longevidade de uma organização esta intimamente ligada com a capacidade de criar laços entre os *stakeholders*, cujos gestores tenham habilidade para criar riqueza, valor e satisfação satisfatórios para cada grupo de stakeholders ter a sensação de pertencimento, fazendo parte do sistema da corporação (CLARKSON, 1995).

Poder, legitimidade e urgência são os principais atributos dos *stakeholders*, segundo Mitchell, Agle e Wood (1997). Para os autores (1997), existem *stakeholders* ativos (visíveis) e latentes (ocultos), que precisam ser identificados pelos gestores, pois esses stakeholder latentes podem manifestar-se a qualquer momento (positiva ou negativamente).

Os autores também classificam os grupos de stakeholders de acordo com suas definições, considerando-os conforme sua abrangência: *i) mais abrangentes* – são os diversos atores (pessoas, grupos ou entidades) que tenham relações ou interesses (diretos ou indiretos) com a empresa; *ii) menos abrangentes* – são os atores primordiais para a viabilidade da empresa (empregados, gerentes, fornecedores, proprietários, acionistas e os clientes), sendo os mais interessados em relação à organização e suas e expectativas futuras.

Quadro 1 – Principais *stakeholders* e seu envolvimento com a empresa

<i>Stakeholder</i>	Vínculo com a empresa	Envolvimento com a empresa
Acionistas	Primário	Divididos em majoritários (com poder sobre o controle nas decisões da empresa) e minoritários (sem poder de decisão), possuem legitimidade perante a empresa.
Clientes	Primário	São os agentes primordiais para os gestores, pois por meio dos clientes que a empresa define os custos e a qualidade de seus produtos ou serviços.
Comunidade	Primário	Tem o poder de dar credibilidade as empresas. A comunidade se envolve de forma indireta, esperando que a empresa opere de forma legal, moral, ética e com responsabilidade social.
Concorrentes	Secundário	Considerados perigosos, o gestor não possui controle sobre eles, suas estratégias podem influenciar todo o mercado de determinado segmento, podendo prejudicar o desempenho da empresa.
Consumidores	Primário	É o destinatário final (pessoa física ou jurídica) que adquire ou utiliza os produtos ou serviços fornecidos por outrem.

Empregados	Primário	Os gestores têm ação direta sobre eles. Depende deles o bom desempenho e a produtividade da empresa, por isso, é imprescindível que se tenha um bom diálogo e lhes forneça vantagens empregatícias (vales, planos odontológicos, hospitalares, plano de carreira funcional, participação nos lucros e resultados).
Financiadores	Secundário	Tem o poder de viabilizar ou negar investimentos financeiros para projetos que visem o progresso e desenvolvimento da empresa.
Fornecedores	Primário	São atores que fornecem mercadorias ou prestam serviços para a empresa, por intermédio de contratos que dão um pequeno controle aos gestores.
Governo	Secundário	É um importante <i>stakeholder</i> , que tem a função de criar e fiscalizar as leis, normas e regras, tende a regular o sistema monetário e cambial, com interesses conflitantes, pois defende os interesses tanto públicos como das empresas privadas.
Mídia	Secundário	Ator que forma a opinião pública e tem o papel de divulgar a empresa e sua reputação perante a interação com os demais <i>stakeholders</i> .
Organizações Não Governamentais (ONG's)	Secundário	Detém certo poder de pressão sobre as empresas, deixando o gestor refém de parcerias com instituições que promovam causas sociais e ambientais, geralmente relacionadas com a atividade da empresa.
Sindicatos	Secundário	São os representantes legais dos empregados que tem poder de negociação fazendo a mediação entre o capital e o trabalho. Os gestores são dependentes de suas ações, pois o

		<p>sindicato possui poder e legitimidade, e podem assumir uma postura de subordinação, cooperação, oposição ou de resistência as ordens da empresa.</p>
--	--	---

Fonte: Elaborado a partir de Freeman; Harrison; Wicks (2007), Goldschmidt; Rocha (2010), Hitt (2005), Souza e Almeida (2006).

2.3 CONSIDERAÇÕES SOBRE A TEMÁTICA E OBJETO DE ESTUDO

A pecuária de corte bovina, tema central dessa pesquisa, é pertencente as áreas da agropecuária, do agronegócio e da agricultura de modo geral.

No âmbito global, percebeu-se a notoriedade do agronegócio quando a Organização das Nações Unidas (ONU) criou um órgão responsável pela agricultura e organização dos alimentos no mundo – a *Food and Agriculture Organization* (FAO) – cujo objetivo é contemplar e promover o crescimento da oferta de alimentos (segurança alimentar) da indústria nos países em desenvolvimento (FAO, 2017).

No Brasil, a onda do processo desenvolvimentista estimulou o surgimento de novas atividades econômicas, como o agronegócio, que tornou-se então o centro das atenções dos formuladores de políticas públicas devido a sua relevância no crescimento socioeconômico do país (COSTA, 2013).

O agronegócio – conceito inicialmente concebido por Davis & Goldberg (1957) – envolve a produção, processamento e distribuição dos produtos agroalimentares que impactam direta ou indiretamente sobre todos os setores da economia, sendo definido como: a soma de todas as operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas; as operações de produção nas unidades agrícolas; e o armazenamento, o processamento e a distribuição dos produtos agrícolas, e demais itens por eles produzidos. Uma das características fundamentais desse complexo sistema é a redução do controle do agricultor sobre a produção, deixando-o dependente de outros agentes para aquisição de insumos, máquinas, equipamentos, comercialização e transformação da produção.

Atualmente, considera-se o agronegócio como sendo o conjunto de atividades econômicas ligadas a produção agropecuária, representando toda a cadeia produtiva vinculada aos setores agrícola e pecuarista,

incluindo os fornecedores de equipamentos e serviços, a industrialização e a comercialização dos produtos (ACATE, 2014).

Esse setor da economia corresponde a 14,3% do PIB catarinense, sendo o quinto maior produtor de alimentos do país com 193 mil estabelecimentos agrícolas e 169 mil produtores compostos pela agricultura familiar, contabilizando cerca de um milhão de pessoas e aproximadamente 570 mil trabalhadores (FEPESE, 2015). Considerando as indústrias e os prestadores de serviços, o agronegócio representa cerca de 30% do PIB catarinense (EPAGRI/CEPA, 2015).

Tabela 2 – Valor Bruto da Produção do agronegócio de SC e do Brasil em bilhões de reais em 2015

Cenário	R\$, bi	%
Total Agronegócio no Brasil	540,3	
Total Agronegócio em Santa Catarina	29,5	5,5
Pecuária em Santa Catarina	17,8	60

Fonte: Adaptado de MAPA (2017) e CIDASC (2018).

Importante para o desenvolvimento socioeconômico do país, principalmente para geração de emprego e renda, o agronegócio impacta diretamente na sociedade, motivo pelo qual se mantém sempre na pauta dos formuladores de políticas públicas – visando a aplicação dos investimentos nesse setor.

Para tanto, foram elaboradas análises que garantem vantagens competitivas no desenvolvimento agropecuário, das quais contemplam: investimento público; qualidade de vida; condições da atividade agropecuária, de meio ambiente e de financiamento; como o desenvolvimento econômico – ligado diretamente à atividade econômica agropecuária, como também a geração de emprego e renda, mensuração do grau de atividade econômica e de potencial mercado consumidor voltados a compra de produtos agropecuários (COSTA, 2013).

Ao contrário de países tradicionalmente produtores de carne bovina, como a Austrália e Argentina, que encontram obstáculos para o crescimento dos seus rebanhos devido as áreas semidesérticas ou devido

a escassez hídrica, e principalmente pela indisponibilidade de novas áreas produtivas, o Brasil – devido sua imensa extensão territorial – ainda possui condições para expandir sua produção agropecuária, visto que ainda existem muitas áreas a serem exploradas.

Entretanto, deve-se considerar que esta expansão necessita ser realizada de forma ecologicamente correta, com a adoção de tecnologias de produção menos impactantes ao meio ambiente (MEZZADRI, 2007), além da rastreabilidade e utilização de métodos para mensuração dos impactos da produção bovina nos diferentes biomas brasileiros (RUVIARO, BARCELLOS e DEWES, 2015; RUVIARO et al., 2014).

Isto porque, com o aprimoramento da informação ao longo da cadeia, as assimetrias têm sido mitigadas, e as sinalizações e orientação para mercado, com destaque para a sustentabilidade, passa a ser considerada por todos os elos da cadeia da carne bovina no Brasil (GIANEZINI et al., 2014).

Observa-se ainda o poder de compra do consumidor, que pode impactar negativamente nas expectativas dos agentes econômicos e de seus investimentos em cadeias do agronegócio caso não concorde com as práticas exercidas pela empresa (CEPEA, 2016), fator que prioriza a conscientização dos meios de produção e da transparência na composição do preço e da sustentabilidade, para que envolvam e conectem o consumidor ao produtor de forma mais justa e honesta.

Diferente da visão estritamente mercadológica que se praticava – o que seria um retrocesso, pois prejudicaria os direitos humanos já consolidados sob a pena de infringir o direito fundamental ao meio ambiente saudável (NEVES, 2000)

Por fim, entende-se que a pecuária bovina, assim como o agronegócio, passaram por uma transformação econômica, social e tecnológica nos últimos anos, ressaltando a importância de se estudar esses objetos de estudo.

3. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 SISTEMAS AGROINDUSTRIAIS, A CADEIA PRODUTIVA DA CARNE E SUA CORRELAÇÃO NO ÂMBITO DO TEMA PESQUISADO

Historicamente a agricultura esteve presente no desenvolvimento econômico da sociedade, passando por inúmeras transformações, desde a questão do aprimoramento do plantio e da colheita, no domínio e na utilização da força animal para auxiliar em determinadas tarefas, bem como estudos relacionados as condições de crescimento agrícola atrelados a demanda mundial por alimentos.

Com suas peculiaridades regionais nas mais diversas situações culturais, esta atividade foi sempre pautada pela demanda de produção de alimentos para consumo, processo que foi evoluindo, tanto nas questões tecnológicas, como no seu sistema organizacional, passando a ser estudado e analisado com o objetivo de contribuir para o seu aperfeiçoamento (BOSERUP, 1966; CARR, LOPEZ, BILSBORROW, 2009; WILKINSON, 2010).

Esse complexo do agronegócio configura-se na prática como sendo um conjunto de empresas agropecuárias e agrofloretais composto de processos e operações que incluem desde a produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização de insumos e produtos agropecuários e agrofloretais (defensivos animais e vegetais, máquinas, equipamentos, adubos, etc.), e toda e qualquer organização que tenha o objetivo comum de suprir o consumidor final (BATALHA E SOUZA FILHO, 2009; CALLADO, 2008).

Os principais conceitos e estudos provenientes do Sistema Agroindustrial surgiram a partir da década de 1950, em contextos diferentes, sendo o *Agribusiness* originado nos Estados Unidos e *Filière* de origem francesa: *i) Agribusiness e Commodity System Approach – CSA* (Enfoque de Sistema de Commodities), teve como foco inicial uma análise histórica e evolutiva do sistema agrícola dos EUA, seguido por Goldberg, que utilizou em seu trabalho pela primeira vez o entendimento de *Commodity System Approach*; *ii) Analyse de Filière* (Cadeias de Produção), que inicialmente seus estudos não objetivavam as questões agroindustriais, contudo, os primeiros defensores desses estudos foram os economistas agrícolas e os pesquisadores dos setores rurais e agroindustriais (BATALHA E SILVA, 2009).

Essas correntes metodológicas serviram de base para fundamentar novos processos e ferramentas gerenciais voltadas a aplicabilidade nas novas dinâmicas produtivas no ambiente rural, entretanto, com um enfoque maior na eficiência (BATALHA E SILVA, 2009).

No Quadro 2, apresenta-se um resumo da origem e dos conceitos principais destas duas correntes metodológicas

Quadro 2 – Semelhanças e diferenças entre agribusiness e cadeias de produção

Correntes Metodológicas	<i>AGRIBUSINESS E COMMODITY SYSTEM APPROACH – CSA</i>	ANALYSE DE FILIÈRE (CADEIAS DE PRODUÇÃO)
Origem	EUA – Universidade de Harvard	França – Escola Industrial Francesa
Autores, ano e conceito	i) Davis; Goldberg (1957) – conceito de agribusiness; ii) Goldberg (1968) – CSA.	Anos 1960 – diferentes definições de Cadeias de Produção
Foco Inicial do Estudo	i) Davis; Goldberg (1957) – caso particular do agribusiness americano; Problemática industrial; ii) Goldberg (1968) – estudo do comportamento dos sistemas de produção de laranja, trigo e soja nos EUA.	Problemática industrial
Ponto de Partida da Análise	Matéria-prima de base e uma limitação geográfica	Produto agroindustrial final, ou seja, o mercado final, em direção à matéria-prima de base que lhe deu origem.

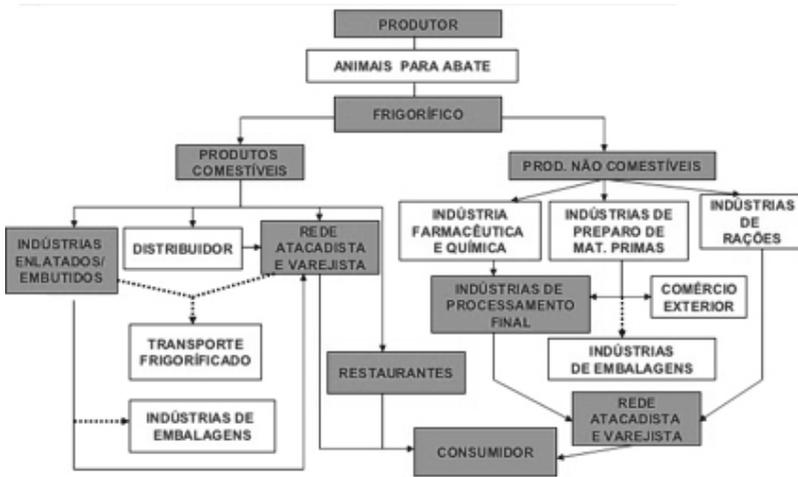
Lógica de funcionamento do Sistema Agroindustrial	Os dois métodos realizam cortes verticais no sistema econômico, sendo a partir de determinado produto final, ou então partindo de uma matéria-prima de base.
Divisão do sistema	Ambas são dividem em três setores: 1) agricultura; 2) indústria; 3) serviços.
Amplitude	Consideram a agricultura integrante de um sistema mais amplo que é composto também pelos produtores de insumos, pelas agroindústrias e pela distribuição e comercialização.
Considerações e análises	Ambas utilizam o entendimento de etapas sucessivas de produção, iniciando na produção de insumos até finalizar no produto acabado, consideram sistema dinâmico, possuindo um ponto de vista sistêmico, com análises de prospecções.

Fonte: elaborado a partir de Batalha e Silva, 2009.

Ambos os sistemas corroboram amplamente para discussões que contribuem com o desenvolvimento de novas técnicas e ferramentas gerenciais para o aprimoramento dessas cadeias produtivas.

Prochmann (2012), ao apresentar o fluxograma das cadeias produtivas de carne bovina e seus subprodutos, evidencia a delimitação dos elos da cadeia que iniciam no produtor e finalizam no consumidor final, abrindo um leque de oportunidades nesse caminho.

Figura 2 – Fluxograma da Cadeia Produtiva de Carne Bovina e subprodutos



Fonte: Prochmann (2012)

Com a cadeia produtiva voltada para o desejo e as necessidades do consumidor (BATALHA E SILVA, 2009), a carne bovina deixou de ser vendida apenas como um *commodity*, pois não havia nenhuma identificação para o consumidor, sem informação do frigorífico que procedeu o abate, além de não constar quaisquer características da carne bovina (BARCELLOS; OAIGEN, 2014; BARCELLOS; OLIVEIRA; MARQUES, 2017). O produto final não possuía relevância em sua qualidade, diferente da cadeia da carne de frangos e de suínos que eram devidamente identificadas e vendidas com apelo emocional, atreladas a uma marca para poder passar maior confiança e credibilidade aos consumidores (MACEDO JUNIOR, 1994).

Além das questões de posicionamento de marca, os produtos de origem animal passaram por um processo de adequação as normas de vigilância sanitária que ficaram mais exigente e evoluíram no decorrer dos últimos anos, afim de garantirem uma segurança alimentar para os consumidores (BARCELLOS; OAIGEN, 2014; BARCELLOS; OLIVEIRA; MARQUES, 2017).

Entende-se assim, que todos os estudos que buscam analisar os sistemas agroindústrias tendem a analisar por um ponto de vista da cadeia e por interesses específicos, e todas essas análises corroboram com o desenvolvimento da temática, que por sua vez, tende a contribuir tanto no ambiente acadêmico quanto no mercadológico.

3.2 PANORAMA DA PRODUÇÃO DE CARNE BOVINA EM SANTA CATARINA

Esta seção buscou apresentar um panorama da produção de carne bovina em Santa Catarina a fim de encontrar evidências que corroborem com o potencial de desenvolvimento desse setor produtivo na Mesorregião do Sul Catarinense, analisando os elos de sua cadeia produtiva, onde possa observar ações, entidades, atores e programas que visem incentivar e fomentar esse setor econômico.

O Brasil destaca-se como um *player* global na produção de alimentos, possuindo um sistema de produção competitivo, com uma oferta de mão de obra de baixo-custo, com custos de produção reduzidos, tendo o setor de carne bovina grande relevância nessa sistemática, pois detém um conjunto de atividades que formam e distribuem os alimentos integrantes do Sistema Agroalimentar – SAG (BARCELLOS; OAIGEN, 2014). Entretanto, observa-se no Brasil uma falta de padronização causando uma disparidade de qualidade e produtividade entre os elos do processo produtivo das organizações agroalimentares. Localmente encontra-se no encadeamento do processo de produção diferentes tipos de cadeias produtivas: a jusante (para frente) ou a montante (para trás) da atividade produtiva (BARCELLOS; OLIVEIRA; MARQUES, 2017).

A cadeia produtiva de carne brasileira, posiciona quantitativamente o país como um dos maiores produtores mundiais, sendo o segundo maior produtor com 9,14 milhões de toneladas de carne, e o maior exportador com aproximadamente 1,4 milhões de toneladas de carne bovina *in natura* no mundo, gerando uma receita para o país de mais de US\$ 5 bilhões (ABIEC, 2018).

Em 2016 o Brasil produziu 9,14 milhões de toneladas de carne, dos quais exportou 1,4 milhões de toneladas,

De acordo com a Pesquisa Pecuária Municipal de 2016 (Tabela 3), o Brasil possui um efetivo bovino de 218,2 milhões, cuja concentração maior dos grandes produtores, encontra-se nos estados de Mato Grosso, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso do Sul e Pará, que juntos somam mais de 50% da produção nacional.

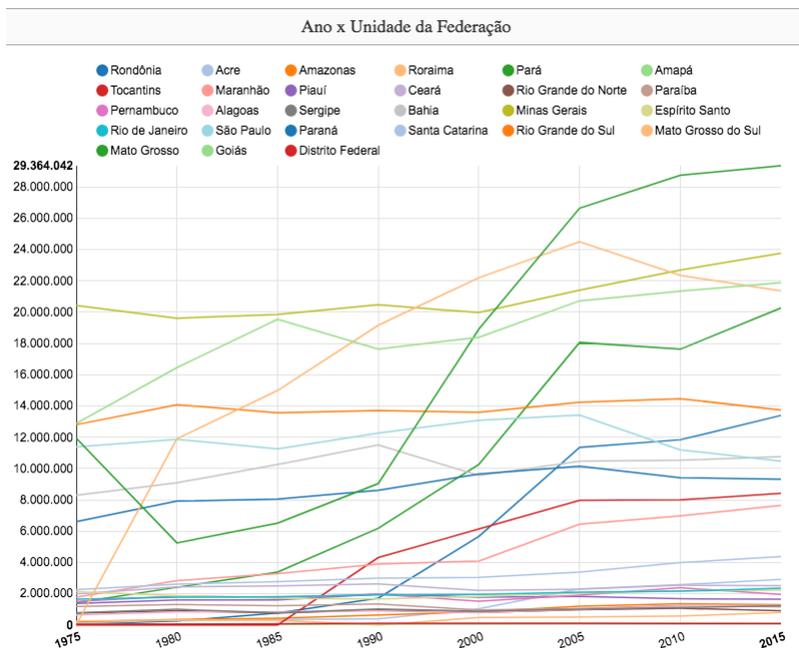
Tabela 3 – Efetivo bovino por unidade territorial brasileira em 2016

Ordem	Unidade Territorial	Efetivo bovino	Percentual
1	Mato Grosso	30.296.096	13,88
2	Minas Gerais	23.637.803	10,83
3	Goiás	22.879.411	10,48
4	Mato Grosso do Sul	21.800.990	9,99
5	Pará	20.476.783	9,38
6	Rondônia	13.682.200	6,27
7	Rio Grande do Sul	13.590.282	6,23
8	São Paulo	11.031.408	5,06
9	Bahia	10363.291	4,75
10	Paraná	9.487.999	4,35
11	Tocantins	8.652.161	3,96
12	Maranhão	7.653.870	3,51
13	Santa Catarina	4.499.505	2,06
14	Acre	2.998.969	1,37
15	Ceará	2.426.408	1,11
16	Rio de Janeiro	2.409.718	1,10
17	Espírito Santo	2.044.771	0,94
18	Pernambuco	1.895.185	0,87
19	Piauí	1.639.856	0,75
20	Amazonas	1.315.821	0,60
21	Alagoas	1.264.053	0,58
22	Sergipe	1.196.248	0,55
23	Paraíba	1.187.981	0,54
24	Rio Grande do Norte	840.847	0,39
25	Roraima	780.877	0,36
26	Distrito Federal	96.265	0,04
27	Amapá	76.379	0,04

Fonte: Adaptado de IBGE - Pesquisa Pecuária Municipal (2016)

Conforme o Gráfico 2, desde 1975 os estados brasileiros apresentaram um crescimento em seu rebanho bovino. Santa Catarina dobrou a produção, passando de 2.259.340 cabeças em 1975, para as 4.499.505 de 2016. Todavia, esse aumento expressivo ainda não foi suficiente para sobrepor os demais estados que possuem um efetivo bovino maior (IBGE, 2018).

Gráfico 2 – Evolução quinzenal do rebanho bovino dos estados brasileiros



Fonte: Adaptado de IBGE - Pesquisa Pecuária Municipal (2018)

Dentre as 27 unidades federativas, o Brasil possui 23 estados certificados como Área Livre de Febre Aftosa que necessitam fazer a vacinação na produção bovina. Santa Catarina é o único estado que não precisa dessa vacina, permitindo que ele entre na lista de carne com qualidade exigida para exportação, cujo efetivo é de aproximadamente 4,5 milhões de bovinos devidamente registrados (IBGE, 2016).

Este fator que eleva o potencial de crescimento na produção bovina de carne de qualidade no estado catarinense, por ser o único com Área Livre de Febre Aftosa sem vacinação no Brasil, certificado emitido pela Organização Mundial de Saúde Animal – OIE, certificação que completou 10 anos em maio de 2017 (SANTA CATARINA, 2017).

Santa Catarina por também possuir condições climáticas, topográficas e hidrográficas favoráveis para a pecuária bovina (SCHLESINGER, 2010), aliada a vantagem competitiva em relação as

questões sanitárias, pode impulsionar e estimular uma produção voltada a uma carne com valor agregado (SANTA CATARINA, 2017); a exemplo da sua cadeia produtiva de aves e suínos, que por meio de uma produção eficiente e de qualidade, destaca-se em primeiro lugar na exportação de aves (CARIO, 2013).

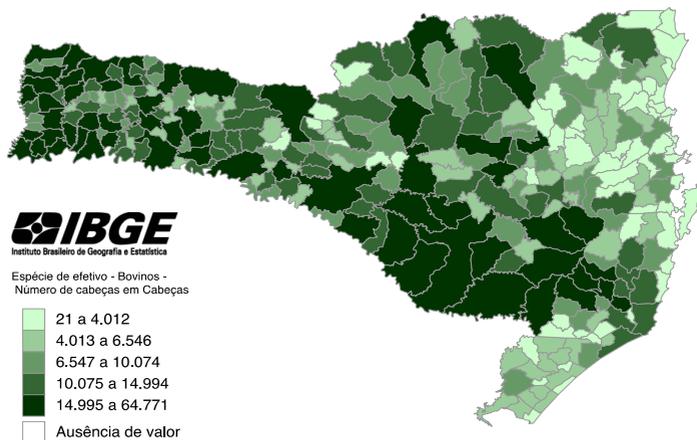
Considerado um dos principais produtores de carnes no Brasil, Santa Catarina ocupa a primeira posição como produtor de suínos, e segundo maior na produção de aves. A cadeia produtiva da indústria de carnes (aves, suínos e bovinos) catarinense, é composta por 159 empresas, empregando 42.200 trabalhadores registrados até 2011 (CARIO, 2013).

O setor industrial da bovinocultura de corte catarinense é composto por 86 empresas, destas: 81 empresas produzem sob o Serviço de Inspeção Estadual (SIE) e as outras 5 que produzem sob o Sistema de Inspeção Federal (SIF), que são as indústrias de transformação (EPAGRI/CEPA, 2016).

O território catarinense apresenta distintas concentrações de bovinos em sua pecuária, com destaque para as mesorregiões oeste e serrana, onde apresentam os maiores efetivos bovinos, conforme Fig. 3.

Ainda que a figura ilustre a condição de mais de uma década atrás (proveniente do Censo agropecuário brasileiro de 2006) é possível observar também, uma ramificação da mesorregião serrana em direção ao litoral, apontando para uma possibilidade de crescimento do efetivo bovino da mesorregião sul – região foco dessa pesquisa.

Figura 3 – Efetivo de bovinos em SC



Fonte: Censo Agropecuário 2006.

Geograficamente o estado de Santa Catarina é dividido em seis mesorregiões, sendo elas: Grande Florianópolis (1), Norte Catarinense (2), Oeste Catarinense (3), Serrana (4), Sul Catarinense (5) e Vale do Itajaí (6), conforme figura a seguir:

Figura 4 – Mesorregiões de Santa Catarina



Fonte: Wikimaps (2017)

A Mesorregião do Sul Catarinense é composta por 3 microrregiões: Araranguá, Criciúma e Tubarão, que juntas totalizam 46 cidades; fazendo divisa apenas com o estado do Rio Grande do Sul – fator que dissimula certa influência cultural entre ambas as partes.

A atividade pecuária catarinense vivencia duas realidades distintas: uma pecuária moderna e tecnológica baseada na inseminação artificial e transferência de embrião, preparando o bovino para o abate em aproximadamente 18 meses; e o método tradicional realizado desde a introdução histórica da bovinocultura no estado, a qual o boi pode levar até 6 anos para ser abatido. Não há uma concentração específica de criação bovina em determinada região, mas algumas regiões tendem a ter uma quantidade maior de bovinos, que são as regiões: Oeste, Serrana, Norte, Sul, vale do Itajaí e Florianópolis (LINS; MATTEI, 2001).

Como em todo o território nacional, Santa Catarina também possui uma bovinocultura de corte com fortes características de sistema extensivo e com pouca tecnologia, obtendo baixos índices zootécnicos, que embora melhorem gradativamente, as perspectivas de se chegar a excelência exigem modificações e aperfeiçoamentos no processo produtivo pecuário (ZENI, 2001).

Para o engenheiro-agrônomo Cassiano Eduardo Pinto – um dos pesquisadores da Estação Experimental da EPAGRI de Lages, SC – Santa Catarina apresenta uma produção insuficiente de carne bovina, e alerta que essa baixa produção está relacionada a uma atividade desenvolvida com baixo uso de tecnologia, em um setor pouco fortalecido e com pecuaristas sem capital para investimentos. Márcio Pamplona – presidente da Associação Rural de Lages – afirma que Santa Catarina tem condições e precisa apenas aumentar sua produção para não precisar buscar o mercado externo (EPAGRI, 2016).

Em meados de 2000, parte significativa das pequenas propriedades com menos de 10 hectares produzem para subsistência, com baixo nível tecnológico em atividades e baixo valor agregado. Conforme os dados do IBGE, essas propriedades tendem a diminuir, pois nos últimos anos houve um decréscimo da população que permanece no meio rural (ZENI, 2001).

Cabe mencionar que este setor também “disputa” espaço com a própria expansão de área plantada da agricultura catarinense, em um cenário no qual o custo de oportunidade da terra e os *drivers* do mercado guiam a própria diversificação no uso da terra em Santa Catarina (OLSSON; WATANABE; BUSARELLO, 2016).

3.3 CARACTERIZAÇÃO DA BOVINOCULTURA NA MESORREGIÃO DO SUL CATARINENSE

Com o intuito de elaborar um panorama da configuração da cadeia produtiva da carne bovina na Mesorregião Sul Catarinense, foram levados em consideração os seguintes aspectos: *i)* Configuração e trajetória de constituição; *ii)* quantificação do efetivo bovino e crescimento do rebanho no período entre 2005 e 2015; *iii)* identificação de empresas de abate e processamento de carnes; *iv)* levantamento de entidades e associações voltadas a produção bovina; *v)* mapeamento de feiras e eventos do setor pecuário.

3.3.1 Configuração e trajetória de constituição

A pecuária bovina brasileira iniciou-se por volta de 1534 no período da colonização do país, cujos animais de raças taurinas foram importados com o propósito de produzirem couro, carne para charque e servirem de tração animal (MIELITZ NETO, 1995). No Sul do Brasil, a atividade da bovinocultura teve início junto com a chegada desses animais trazidos da Europa, cujas características regionais eram bem similares a sua região de origem, facilitando sua adaptação (SCHLESINGER, 2010).

Se tratando da formação econômica da região sul do Brasil, Santa Catarina possui características espaciais e socioeconômicas semelhantes aos estados do Paraná e do Rio Grande do Sul, pois ambos, motivados pela modernização da agricultura brasileira em busca de terras, além dos paulistas e mineiros, tornaram-se os pioneiros desse movimento migratório de colonos no país (GOULARTI FILHO, 2003).

Considerada uma das indústrias mais antigas de Santa Catarina, a bovinocultura tornou-se a principal atividade no período de fundação das primeiras cidades do planalto e no apoio ao movimento de tropas, cujos primeiros habitantes se mantiveram por meio da criação do gado (MACEDO JUNIOR, 1994).

Há registros de que em 1651 o bandeirante Francisco Dias Velho enviou seu filho, José Pires Monteiro, à Santa Catarina na ilha de Florianópolis – antigamente chamada de Porto do Desterro – para empreender, criando fazendas agrícolas. Nesse mesmo período, com a

disponibilidade de terras e pastagens para o gado, foram se desenvolvendo fazendas de criação de bovinos (COSTA, 2011; FLORIPA, 2017), marco histórico que retrata os primórdios da bovinocultura catarinense. Aproximadamente um século depois – em 1766 – o fazendeiro paulista Antônio Correa Pinto de Macedo foi um dos precursores da criação de bovinos na região de Lages (COSTA, 2011).

O tropeirismo foi primordial para o ciclo da expansão do gado crioulo na América do Sul, levando o gado bovino para abastecer o sudoeste, como alimento e força de trabalho (PRIMO, 1993). Durante o período colonial, Santa Catarina foi apenas um caminho de passagem entre a região de São Vicente (São Paulo) e o Estuário da Prata. A partir de meados do século XVII é que algumas áreas foram sendo povoadas. A ocupação das terras catarinenses iniciou-se pela região litorânea, e Laguna foi escolhida para organizar-se como um entreposto de exportação do gado das planícies platinas para o estado de São Paulo (MATTEI, 2011).

Na segunda metade do século XVIII, com a expansão da mineração no estado de Minas Gerais, a cidade de Lages – região do Planalto Serrano, passa a ganhar importância econômica com o aumento da necessidade do gado para alimentação e para servir como meio de transporte. Contexto que desvendou duas rotas alternativas para a passagem do gado vindo do Sul para São Paulo, sendo o transporte (via terrestre) mais econômico via “Morro dos Conventos”, pois atingia a região do Planalto, tornando desinteressante o entreposto de Laguna na região litorânea, e posteriormente descobre-se a rota via Vacaria (RS), ligando o planalto catarinense diretamente com as áreas produtoras gaúchas e com os campos curitibanos (MATTEI, 2011).

A região do Planalto Serrano teve sua economia local impulsionada pela criação de bovinos, primeiramente como local de passagem para o deslocamento dos animais do Rio Grande do Sul que iam para as regiões de São Paulo e Minas Gerais, depois, acabou se tornando um centro de produção pecuarista (LINS e MATTEI, 2001).

Até o ano 2000, Santa Catarina compreendia um total de 203.347 estabelecimentos agrícolas e ocupava uma área aproximada de 6.612.846 hectares, dentre os quais 179.319 possuía bovinos em sua propriedade, sendo: 54.034 destinados a corte, 99.939 destinados ao leite, 16.413 de aptidão mista e 8.933 de trabalho. Em termos de mão-de-obra, ocupa 718.694 pessoas (14,49% da população do estado), sendo 75.370 na atividade de bovinocultura (ZENI, 2001).

A bovinocultura catarinense desenvolveu-se com a criação de animais em pequena escala, com rebanhos destinados tanto para a produção da carne como também do leite, utilizando-se da mão de obra familiar de forma não especializada e estando distribuídas por todo o estado em pequenas propriedades rurais, em sua maioria inferiores a 50 hectares (RITTER e SORRENSON, 1985).

A carne bovina era inicialmente vendida apenas como um *commoditie*, sem nenhuma identificação para o consumidor, não informava nem o frigorífico que procedeu o abate, além de não constar quaisquer características da carne bovina. O produto final não possuía relevância em sua qualidade, diferente da cadeia de carne de frangos e de suínos que eram devidamente identificadas e vendidas atreladas a uma marca para poder passar confiança e credibilidade aos consumidores (MACEDO JUNIOR, 1994).

A produção de carne está amplamente distribuída por todo o estado, sendo ele dividido em 6 mesorregiões: Norte, Sul, Oeste, Grande Florianópolis, Serrana e Vale do Itajaí.

No Oeste encontra-se a maior produção de bovino e a maior produção de suínos e aves do estado, com escala comercial e alta tecnologia apropriada para abastecer as agroindústrias da região que atendem a demanda do mercado interno e externo, possui uma estrutura fundiária com pequenas propriedades e mão-de-obra familiar, cujo sistema de integração tem possibilitado a permanência das pessoas no campo.

A mesorregião serrana deu início a sua economia regional através da tradição da bovinocultura, possuindo as propriedades de maior extensão territorial, e utilizando os campos limpos com a produção de bovinos de corte.

O Norte possui uma estrutura fundiária com produção de subsistência ou comercial, onde convivem pequenas a grandes propriedades.

As regiões do Vale do Itajaí e do Sul do estado possuem outras atividades econômicas prioritárias (indústria, exploração de carvão, cerâmica) e a agropecuária, em segundo plano, com atividades baseadas no fumo, arroz e soja (ZENI, 2001).

No decorrer da história de sua constituição, a bovinocultura catarinense obteve alguns marcos que foram fundamentais para sua caracterização, entre os quais podemos elencar no quadro abaixo.

Quadro 3 – Marcos da criação de bovinos de SC

Período	Acontecimento
1651	Francisco Dias e José Velho Monteiro, estabeleceram currais de criação de gado na ilha de Santa Catarina.
1766	O fazendeiro paulista Antônio Correa Pinto de Macedo instalou uma fazenda de criação de bois na região de Lages
Meados do século XVIII	Na região de Lages foram estabelecidas outras fazendas de criação que chegaram a ter um rebanho de 200 mil cabeças de gado
1859	O presidente da província de Santa Catarina informava no seu relatório anual que a criação de gado continuava bem desenvolvida nem Lages, porém observou que os criadores descuidavam da manutenção da pureza das raças
1869	Curitibanos teve sua expansão baseada na criação de gado
1965	Criada a Associação Catarinense de Criadores de Bovinos – ACCB, que congrega criadores de bovinos das raças Jersey e Holandesa.
2008	O IBGE no Censo Agropecuário constatou que Santa Catarina possuía 3.900.000 cabeças de bovinos, sendo o 13º maior rebanho do Brasil

Fonte: Elaborado pelo autor

3.3.2 Quantificação do rebanho bovino no período entre 2005 e 2015

Por intermédio da Pesquisa Pecuária Municipal do IBGE (2016), a MSC acumulou um efetivo bovino de 529.068 animais em 2015. Pode-se ainda analisar o crescimento de uma década de pecuária bovina das cidades que compõe essa mesorregião no intervalo de 2005 a 2015.

Tabela 4 – Efetivo Bovino por cidade da MSC de 2005 a 2015

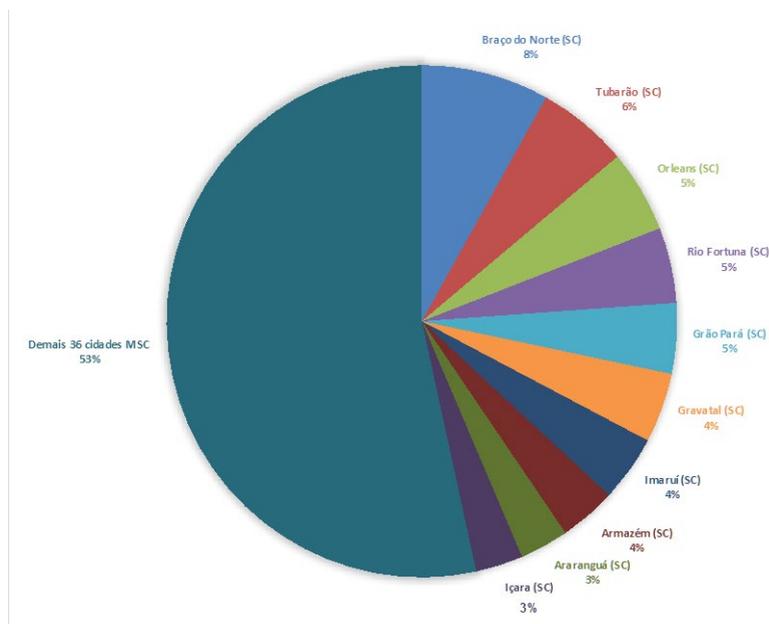
Cidade	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	
Braço do Norte	24320	24563	25105	33116	33888	33714	33815	36414	39351	41237	42782	
Tubarão	20145	21980	21916	24726	24297	23429	22911	25014	28073	29408	30694	
Orleans	21764	22847	20532	22669	23382	21676	21720	21585	23031	25996	27514	
Rio Fortuna	19382	19575	19138	23195	23073	20929	20970	22090	22910	24100	25222	
Grão Pará	17625	17801	15808	18165	17976	17342	18343	18784	21039	22244	23539	
Gravatal	16130	16685	15758	22134	21116	20180	19657	20624	22880	24218	23298	
Imaruí	15161	11593	10871	20138	19712	20149	19713	19414	20188	21104	22169	
Armazém	13729	12167	9017	15358	15017	14437	14189	14660	15817	17684	18990	
Araranguá	8620	8620	6120	11145	11279	11365	11913	12731	15087	15200	16408	
Içara	8050	10950	10000	15433	16383	17000	17074	15000	15022	15548	15827	
Jaguaruna	12126	19206	14247	14905	13400	13303	13945	12969	13853	14158	15462	
Lauro Muller	9939	10088	8525	10828	12288	11785	11826	12195	12575	14691	15205	
São Martinho	12084	13292	7772	14068	13241	13266	12795	13104	13705	14069	14773	
Laguna	12791	14832	13486	19207	18950	18260	18319	19176	14615	14726	16643	
São Ludgero	6275	6965	7711	10112	9174	9754	9830	10322	11531	13225	14154	
Jacinto Machado	4850	4880	8296	10534	11302	11872	11865	11647	11721	12000	12575	
Urussanga	9174	9449	8267	10929	11345	10806	10850	10573	11204	12022	12312	
São João do Sul	5100	5150	6480	8679	8643	8949	8677	9296	11077	11100	11432	
Santa Rosa do Sul	4200	4300	6380	7582	7591	7474	7153	7504	9000	10000	10458	
Treze de Maio	7278	10664	8401	9052	8799	8374	8354	8418	9026	9433	10065	
Nova Veneza	7750	8450	6600	9579	9381	9574	9528	9120	9940	10007	9536	
Sombrio	5200	5250	4690	7089	7281	6996	6527	6842	8132	8800	8986	
Santa Rosa de Lima	7585	7660	7656	7417	7522	6670	6703	6949	7831	8020	8633	
Pedras Grandes	6626	6604	4310	6905	6351	5798	6253	6803	7523	7727	8094	
Criciúma	5300	6370	5500	7915	8348	8450	8248	7400	7681	7782	8038	
Praia Grande	4200	4300	4310	6230	6512	6881	6849	7150	7861	8000	7927	
Forquilha	5400	7070	4550	6833	6983	6903	6802	6571	6519	7576	7527	
Turvo	4900	4950	4450	6359	6413	6456	6198	6038	6980	7100	7315	
Siderópolis	5750	6870	4300	6742	6988	7043	6782	6910	6727	7100	7134	
Morro da Fumaça	3500	7150	4300	5942	5737	5889	5740	5433	6259	6662	7022	
Sangão	3176	5564	5218	6163	5847	5894	5764	5905	6164	6554	6901	
Meleiro	3550	3570	4280	5347	5398	5526	5304	5514	6145	6400	6418	
Pescaria Brava	6315	6003	6237
Maracajá	2500	2550	2510	3510	3522	3671	3689	3799	4510	5700	6156	
Timbé do Sul	3100	3200	4050	4314	4516	4564	4444	4476	5300	5710	5881	
Balneário Gaivota	4300	4350	4310	5089	5599	5483	5150	5217	5527	5750	5416	
Garopaba	2530	2691	4155	4155	4639	4614	4600	4462	4597	4841	5365	
Imbituba	4102	3869	3412	4964	4984	5039	4839	4992	5049	5309	5196	
Cocal do Sul	3100	3290	2500	3534	3855	3930	3798	3666	3777	3980	3909	
Morro Grande	1850	1860	2440	3294	3278	3391	3229	3276	3844	3850	3881	
Treviso	3145	4550	2300	3614	3710	3481	3156	3568	3751	3746	3847	
Capivari de Baixo	2485	2121	1855	2757	2844	3078	3116	3024	3228	3385	3432	
Passo de Torres	1850	1880	1460	2518	2500	2621	2850	3186	3491	3300	3265	
Ermo	1550	1560	1258	2105	2212	2252	2130	2135	2481	2500	2632	
Balneário Rincão	1919	1642	
Balneário Arroio do Silva	1050	1060	1305	998	1061	1090	1136	1240	898	1070	1174	
TOTAL	343242	372396	335549	445348	446337	439358	436694	445196	482235	510954	529086	

Fonte: Adaptado de IBGE - Pesquisa Pecuária Municipal (2016)

Baseado na elaboração da Tabela 4, é possível mensurar o registro anual e quantitativo de cada cidade da mesorregião sul em 2015, constatando assim que as 10 cidades com maior efetivo bovino, representam quase metade de toda a produção da mesorregião (totalizando 47%), sendo elas: Braço do Norte (8%), Tubarão (6%),

Orleans (5%), Rio fortuna (5%), Grão Pará (5%), Gravatal (4%), Imaruí (4%), Armazém (4%), Araranguá (3%) e Içara (3%), conforme Gráfico 3.

Gráfico 3 – Percentual de efetivo bovino das 10 maiores cidades da MSC, 2015

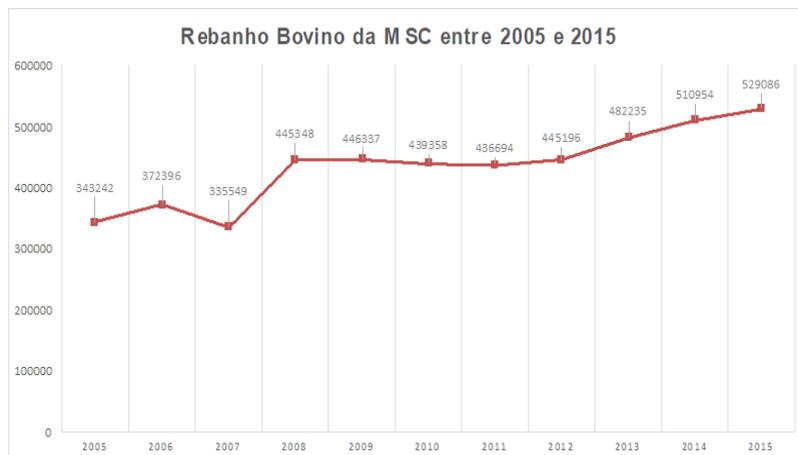


Fonte: Elaborado pelos autores a partir de IBGE - Pesquisa Pecuária Municipal (2016)

Cabe aqui constar que duas cidades foram constituídas e incorporadas na Mesorregião Sul Catarinense no período entre 2005 e 2015, sendo elas: Pescaria Brava em 2013 e Balneário Rincão em 2014.

Içara continuou tendo um crescimento considerável em 2014 no efetivo bovino, mesmo com a separação territorial de Balneário Rincão, que iniciou a contagem com um efetivo bovino de 1919 animais.

Baseado na Tabela 4, elaborou-se um Gráfico (4) de crescimento anual do desempenho da MSC, partindo de um efetivo bovino de 343.242 animais em 2005 para 529.086 animais em 2015, obtendo um crescimento de 54,1% do acumulativo das cidades que compõe a mesorregião.

Gráfico 4 – Evolução do rebanho bovino da MSC entre 2005 e 2015

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de IBGE - Pesquisa Pecuária Municipal (2016)

Esse crescimento do rebanho bovino, conforme Gráfico 4, passou por alguns picos, sendo que entre 2005 até 2007 vinha num acumulado anual abaixo de 400 mil e uma enorme variação – de 2005 para 2006 teve um crescimento de 8,5%, mas no ano seguinte (2006 a 2007) teve uma queda brusca de -9,9%, e surpreendentemente um crescimento de 32,7% entre 2007 e 2008 – já no período entre 2008 a 2015, o crescimento seguiu num acumulado de 18,8%.

3.3.3 Identificação de empresas de abatimento e processamento de carnes

Por meio da lista da CIDASC (2014), dos estabelecimentos do Serviço de Inspeção Estadual – SIE, juntamente com uma pesquisa realizada no buscador Google (www.google.com), conseguimos identificar as indústrias frigoríficas, abatedores e processadores de carnes na MSC.

Tabela 5 Estabelecimentos da cadeia produtiva de carne bovina na MSC

Nome	Tipo Estabelecimento	Situação	Cidade
GIASSI & CIA LTDA-Filial 08	Entrepasto Carnes Lat e Deriv. em Supermercados	Ativo	Araranguá
GIASSI & CIA LTDA-Filial 4	Entrepasto Carnes Lat e Deriv. em Supermercados	Ativo	Araranguá
TOUFO INDÚSTRIA DE ALIMENTOS LTDA ME	Entrepasto de Carnes	Suspensão	Araranguá
Supermercado Manenti	Entrepasto de Carnes, Frios e Laticínios	CANCELADO	Araranguá
Distribuidora de Carnes Araranguá, Antonio Borges Correia	Matadouro Frigorífico	Ativo	Araranguá
Frigogarcia Ltda	Matadouro Frigorífico	CANCELADO	Araranguá
INFAP Alimentos Industria e Comercio Ltda	Entrepasto de Frios e Laticínios	Ativo	Armazém
Clovis Bruning ME	Fábrica de Conservas	Ativo	Armazém
Fri-may Comercio de Carnes Ltda	Fábrica de Conservas	Ativo	Armazém
FriGoNoves Comercio de Carnes Ltda	Fábrica de Conservas	Ativo	Armazém
Sublime Alimentos Ltda ME	Fábrica de Conservas	Ativo	Armazém
Frigorífico Frivan	Não Identificado	-	Armazém
Frigorífico J C W	Entrepasto de Carnes e Derivados	Ativo	Armazém
Frioszem	Não Identificado	Ativo	Armazém
Agroindustria do Campo Ltda	Matadouro Frigorífico	Ativo	Balneário Gaivota
Agroindustria Guisoni Ltda ME	Fábrica de Conservas	Ativo	Braço do Norte
Iane Alimentos Ltda ME	Fábrica de Conservas	Ativo	Braço do Norte
João Carneus Back ME-Embutidos JB	Fábrica de Conservas	Ativo	Braço do Norte
José Peron & Cia Ltda ME	Fábrica de Conservas	Ativo	Braço do Norte
Vanderlei Heidemann ME	Fábrica de Conservas	Ativo	Braço do Norte
Vilton Exterckoeitter Cia Ltda	Fábrica de Conservas	Ativo	Braço do Norte
Frigorífico Eing Ltda	Matadouro Frigorífico	Ativo	Braço do Norte
Frigorífico Exterckoeitter Ltda ME	Matadouro Frigorífico	Ativo	Braço do Norte
Hamilton Ricken EPP	Matadouro Frigorífico de Bovino e Suínos	Ativo	Braço do Norte
Frigorífico Rothenburg	Matadouro Frigorífico	Ativo	Braço do Norte
Frigorífico São José Ltda	Matadouro Frigorífico	Ativo	Braço do Norte
Bistek Supermercado Ltda	Entrepasto Carnes Lat e Deriv. em Supermercados	Ativo	Cocal do Sul
IS SUPERMERCADOS LTDA	Entrepasto de Carnes, Frios e Laticínios	CANCELADO	Cocal do Sul
Kitty-Comércio de Produtos Coloniais Ltda	Entrepasto de Frios e Laticínios	Suspensão	Cocal do Sul
A. Angeloni & Cia Ltda	Entrepasto Carnes Lat e Deriv. em Supermercados	Ativo	Criciúma
Bistek Supermercado - Loja 10	Entrepasto Carnes Lat e Deriv. em Supermercados	Ativo	Criciúma
Giassi & Cia Ltda	Entrepasto Carnes Lat e Deriv. em Supermercados	Ativo	Criciúma
Supermercado Manenti	Entrepasto Carnes Lat e Deriv. em Supermercados	Ativo	Criciúma
Supermercado manenti	Entrepasto Carnes Lat e Deriv. em Supermercados	Ativo	Criciúma
Supermercado Manenti Ltda	Entrepasto Carnes Lat e Deriv. em Supermercados	Ativo	Criciúma
Supermercado Manenti Ltda	Entrepasto Carnes Lat e Deriv. em Supermercados	Ativo	Criciúma
A. Angeloni & Cia Ltda	Entrepasto de Carnes, Frios e Laticínios	CANCELADO	Criciúma
Frambiff Alimentos Ltda	Entrepasto de Frios e Laticínios	Ativo	Criciúma
Francisconi Distr. Alimentos Ltda	Entrepasto de Frios e Laticínios	CANCELADO	Criciúma
Sulfrios	Entrepasto de Frios e Laticínios	Ativo	Criciúma
Supermercado Manenti Ltda	Entrepasto de Carnes, Frios e Laticínios	Ativo	Forquilha
Lima Distribuidor de Alimentos Ltda	Entrepasto de Frios e Laticínios	Ativo	Forquilha
Frigorífico Genebra	Fábrica de Conservas	Ativo	Forquilha
ALTHOFF SUPERMERCADOS LTDA	Entrepasto de Carnes e Derivados	Ativo	Garopaba
Silveira Supermercados Ltda	Entrepasto Carnes Lat e Deriv. em Supermercados	Ativo	Garopaba
Giassi & Cia Ltda	Entrepasto de Carnes, Frios e Laticínios	Ativo	Içara
Agenor Olindo Piucco	Matadouro Frigorífico	Ativo	Içara
Frigorífico Frigorim	Matadouro Frigorífico	Ativo	Içara
Frigorífico Cinco Irmãos Ltda ME	Matadouro Frigorífico	Ativo	Imaruí
Frigotoco- General Nunes ME	Matadouro Frigorífico	Ativo	Imaruí

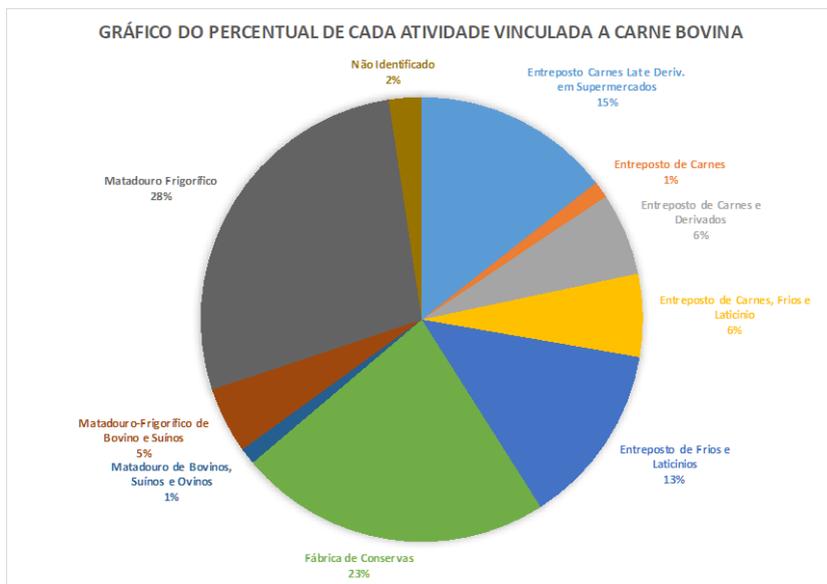
Bruna Vicentin Frigorífico Me	Matadouro Frigorífico	Ativo	Imarui
ALTHOFF Supermercados LTDA	Entrepósito de Carnes e Derivados	Ativo	Imbituba
Frigoburigo - Indústria De Alimentos LTDA - ME	Matadouro Frigorífico	Ativo	Jacinto Machado
Frigorífico Olho D'Água Ltda ME	Matadouro Frigorífico	Ativo	Jaguaruna
ALTHOFF Supermercados LTDA	Entrepósito de Carnes e Derivados	Ativo	Laguna
Século Distribuidora -Eurico Alves de Oliveira	Entrepósito de Frios e Laticínios	Ativo	Laguna
A. Angeloni& Cia Ltda	Entrepósito de Frios e Laticínios	Ativo	Laguna
Daniel Carguin de Caldas- WR Distr. Frios	Entrepósito de Frios e Laticínios	Ativo	Laguna
Tezza produtos Coloniais Ltda Me	Fábrica de Conservas	Ativo	Lauro Muller
FRIGORÍFICO FRICAT	Matadouro Frigorífico	Ativo	Lauro Muller
Agro Industrial Pavei	Matadouro Frigorífico	Ativo	Maracajá
Abatedouro E Comércio De Carnes Macondo	Matadouro Frigorífico	Ativo	Maracajá
Bistek Supermercados Ltda.	Entrepósito de Carnes e Derivados	Ativo	Nova Veneza
Agropecuária Dois Irmãos Ltda	Matadouro Frigorífico	Ativo	Nova Veneza
Frigorífico Duas Meninas LTDA-ME	Matadouro de Bovinos, Suínos e Ovinos	Ativo	Orleans
SANTA RITA Ind. E Com. de Prod. De origem Animal LTDA	Fábrica de Conservas	Ativo	Pedras Grandes
SIDINEIA ZANELLA GRASSI ME	Matadouro Frigorífico	Ativo	Pedras Grandes
Frigorífico Cechuel Ltda	Matadouro Frigorífico de Bovino e Suínos	Ativo	Pedras Grandes
FRIGORÍFICO TENFEN LTDA	Fábrica de Conservas	Ativo	Rio Fortuna
Celoni Terezinha Meurer Exterkoetter	Matadouro-Frigorífico de Bovino e Suínos	Ativo	Rio Fortuna
Latesa Ltda ME	Entrepósito de Frios e Laticínios	Ativo	Sangão
Frigorífico Frigo Titus Ltda	Matadouro Frigorífico	Ativo	São Ludgero
CONSERVAS DE CARNES KOCK LTDA ME	Fábrica de Conservas	Ativo	São Martinho
CLEDERWENSING BECKER & CIA LTDA ME	Fábrica de Conservas	Ativo	São Martinho
Giassi e Cia Ltda	Entrepósito Carnes Lat e Deriv. em Supermercados	Ativo	Sombrio
Frigorífico do Ivan	Matadouro Frigorífico	Ativo	Sombrio
Daniela Masiero Lucas da Rosa ME	Fábrica de Conservas	Ativo	Treze de Maio
Valmor Ferreira Canciller ME	Fábrica de Conservas	Ativo	Tubarão
Frigorífico Boi nos Ares Ltda EPP	Matadouro Frigorífico	Ativo	Tubarão
Grant Agro Industrial Ltda	Matadouro-Frigorífico de Bovino e Suínos	Suspensão	Tubarão
Giassi e Cia Ltda - Filial 12	Entrepósito de Frios e Laticínios	Ativo	Tubarão
Adr Indústria e Comercio Ltda ME	Fábrica de Conservas	Suspensão	Urussanga
Matadouro Bendo	Matadouro Frigorífico	Ativo	Urussanga

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de CIDASC (2014), disponível em: <http://www.cidasc.sc.gov.br/inspecao/files/2012/08/Estabelecimentos-SIE4.pdf>

Identificou-se 83 empresas constituídas de diferentes atividades econômicas vinculadas a cadeia produtiva da carne, dentre as quais, 73 empresas (87,9%) apresentam-se ativas e operantes.

Dados da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI) e Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola (CEPA) demonstram que o setor industrial da bovinocultura de corte catarinense é composto por 86 empresas, destas: 81 empresas produzem sob o Serviço de Inspeção Estadual – SIE e as outras 5 que produzem sob o Sistema de Inspeção Federal – SIF, consideradas indústrias de transformação (EPAGRI/CEPA, 2016).

De acordo com a Tabela 4, das 46 cidades que fazem parte da MSC, apenas 27 cidades (58,6%) possuem algum estabelecimento de processamento de carnes.

Gráfico 5 – Percentual de estabelecimentos e suas atividades fim na MSC

Fonte: Elaborado pelo autor, adaptado de CIDASC (2014), disponível em: <http://www.cidasc.sc.gov.br/inspecao/files/2012/08/Estabelecimentos-SIE4.pdf>

Conforme Gráfico 5, pode-se observar que os matadouros, frigoríficos e fábrica de conservas, são as atividades que predominam na MSC, totalizando mais da metade dos estabelecimentos processadores de carnes.

Analisando a Tabela 5, constata-se que uma parte considerável desses estabelecimentos são CNPJ criados a partir de supermercados de médio e grande porte, que além da atividade de venda, também investem em outros elos da cadeia produtiva alimentícia como estratégia comercial para obterem maiores lucros.

3.3.4 Levantamento de entidades e associações voltadas a produção bovina

Consideramos aqui todas as entidades ou associação que de alguma forma influenciam ou fazem parte da cadeia produtiva de carne

bovina na MSC. Dentre as quais corroboram com o desenvolvimento dessa atividade econômica por meio da inovação e da competitividade gerando conhecimento e aprimorando toda a cadeia de valor (PORTER, 1998).

Identificou-se nos resultados, nesse primeiro momento, somente as associações que influenciam e que estão fisicamente presentes na MSC.

Quadro 4 – Entidades e associações atreladas a produção bovina na MSC

Identificação Visual	Sigla	Entidade / Núcleo	Localização
	ACCB	Associação Catarinense de Criadores de Bovinos	Braço do Norte (núcleo regional)
	ACBCSC	Associação dos Criadores de Bovinos de Corte do Sul Catarinense	Criciúma
	EPAGRI	Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina	Escritório presente em 45 municípios da MSC, exceto Balneário Rincão.
	CIDASC	Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina	Escritório presente nos 46 municípios da MSC.

Fonte: elaborado pelo autor.

Com núcleo regional em Braço do Norte, a Associação Catarinense de Criadores de Bovinos (ACCB) cuja sede fica em Florianópolis/SC, possui mais de 50 anos de história e é uma entidade sem fins lucrativos e declarada de utilidade pública; apoia e promove através de seus núcleos

regionais as feiras e exposições agropecuárias, contemplando em seu quadro de associados os produtores de leite, criadores de bovinos das raças Jersey e Holandesa para o estado de Santa Catarina (ACCB, 2016).

A Associação dos Criadores de Bovinos de Corte do Sul Catarinense (ACBCSC), foi fundada em novembro de 2015 com 25 associados, objetivando trazer benefícios aos produtores como a redução de custos em compras coletivas para aquisição de medicamentos e insumo, além de promoverem palestras e outras atividades (AMREC, 2015).

A EPAGRI e CIDASC são instituições abarcadas pelo Governo do estado de Santa Catarina que tendem a promover, incentivar e fiscalizar o agronegócio no estado, atendendo uma série de atividades agropecuárias, dentre elas, a bovinocultura quando necessário.

A Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI) foi criada em 1991, e é uma empresa pública vinculada a Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca que uni os trabalhos de pesquisa e extensão rural e pesqueira, que tem como missão o conhecimento, a tecnologia e extensão para o desenvolvimento sustentável do meio rural, em prol da sociedade.

Seus objetivos são: *i)* promover a preservação, recuperação, conservação e utilização sustentável dos recursos naturais; *ii)* buscar a competitividade da agricultura catarinense frente a mercados globalizados, adequando os produtos às exigências dos consumidores; *iii)* promover a melhoria da qualidade de vida do meio rural e pesqueiro (EPAGRI, 2017).

A Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CIDASC) é uma empresa de Economia Mista, criada em 1979 e transformada em empresa pública em 2005, quem tem como missão executar as ações de sanidade animal e vegetal, preservar a saúde pública, promover o agronegócio e o desenvolvimento sustentável de Santa Catarina (CIDASC, 2017).

Além dessas entidades localizadas geograficamente na MSC, o estado catarinense tem apresentando algumas atividades de incentivo a pecuária bovina que acabam influenciando na mesorregião, entretanto, não estão fisicamente presentes na MSC, mas por sua proximidade geográfica, acabam influenciando e contribuindo com o desenvolvimento regional.

Quadro 5 – Entidades e associações atreladas a produção bovina em Santa Catarina

Identificação Visual	Sigla	Entidade / Núcleo	Cidade
	ABA	Associação Brasileira de Angus – Núcleo Catarinense de Criadores de Angus	Videira/SC
-	ABCCL	Associação Brasileira dos Criadores da Raça Crioula Lageana	Lages/SC
	ACCB	Associação Catarinense de Criadores de Bovinos	Florianópolis/SC
	-	Núcleo Catarinense de Criadores de Angus	Lages/SC

Fonte: elaborado pelo autor.

A Associação Brasileira de Angus – ABA, conta com um Núcleo Catarinense de Criadores de Angus e possui uma equipe técnica também no estado catarinense; tem como missão: reunir criadores e fomentar a produção da raça Aberdeen Angus na pecuária, por intermédio do apoio técnico e promocional (ABA, 2016)

A Associação Brasileira dos Criadores da Raça Crioula Lageana – ABCCL foi criada em 2003 com o objetivo de conservar os bovinos da raça crioula lageana, e obteve seu registro de raça concedido em 2008

pela portaria 1048 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); a associação é composta por 25 associados e sua produção em Santa Catarina representa 80% do rebanho nacional dessa determinada raça (ABCCL, 2016).

A Associação Catarinense de Criadores de Bovinos – ACCB, já mencionada anteriormente, tem sua sede em Florianópolis, é uma entidade sem fins lucrativos e declarada de utilidade pública pelo Decreto Lei Estadual Nº 3.692 de 12/07/1965 (ACCB, 2016).

A Associação dos Criadores de Bovinos de Corte do Sul Catarinense – ACBCSC, foi fundada em novembro de 2015 com 25 associados, objetivando trazer benefícios aos produtores como a redução de custos em compras coletivas para aquisição de medicamentos e insumo, além de promoverem palestras e outras atividades (AMREC, 2015).

O Núcleo Catarinense de Criadores de Angus, juridicamente sediado na cidade de Lages, é composto por criadores de multiplicação genética – touros e fêmeas – além de criadores de terneiros, internadores e confinadores de todo o estado catarinense (ANGUS/SC, 2016).

No estado vizinho (Rio Grande do Sul), encontra-se também a Associação Brasileira de Hereford e Braford (ABHB), entidade de referência nacional que possui fortes influências e laços com os produtores catarinenses, principalmente em eventos da área agropecuária.

A ABHB, foi criada em 1958 inicialmente com o intuito de atender os criadores de Hereford, se juntou em 1993 com os criadores da raça Braford. Filiada ao Conselho Mundial de Hereford, a Federação Braford do Mercosul e a Confederação Mundial Braford, esta entidade é reconhecida pela atuação na seleção e registro de reprodutores e matrizes e adota padrões de qualidade que visam orientar o produtor, melhorando seu produto e expandindo seus campos de ação; por meio de seus inspetores técnicos credenciados, palestras, cursos e seminários, e focam na aquisição de reprodutores e matrizes, nos programas de cruzamento e na seleção de rebanhos, na adoção de novas tecnologias e no melhoramento de sistemas de produção de carne (ABHB, 2016);

Essas associações e entidades contribuem para o processo de expansão da bovinocultura em todo o estado, numa perspectiva de crescimento tendem a contribuir com o fortalecimento da economia catarinense.

3.3.5 Mapeamento de feiras e eventos do setor pecuário da MSC

O estado de Santa Catarina possui uma quantidade muito grande de eventos relacionados ao agronegócio, como por exemplo os rodeios, que de certa forma possuem alguma relação com a criação de gado, entretanto, esses eventos foram excluídos de nossa pesquisa e focou-se apenas nos eventos direcionados ao produtor especializado em gado de corte.

Conforme Quadro 6, identificamos na MSC cinco eventos que corroboram com o desenvolvimento da cadeia produtiva de carne bovina na região, centralizados nas cidades de Braço do Norte, Criciúma e Forquilha.

Quadro 6 – Feiras e eventos relacionados a produção bovina na MSC

Nome	Cidade	Organizador
Agroponte Agronegócio & Agricultura Familiar	Criciúma	Emtursul Convention & Visitors Bureau de Criciúma e Região
Arremate de Gado Geral – ACEPA	Braço do Norte	Diovane Costa Rodrigues
Seminário anual de bovinocultura de Corte	Tubarão	CETUBA Epagri
FEAGRO – Feira e Exposição Agropecuária do Vale de Braço do Norte e Região	Braço do Norte	Sindicato Rural de Braço do Norte
Feira Exposição Estadual de Animais	Criciúma	Nossacasa/NC Brasil Feiras & Eventos
Festa do Colono e VIII Festa do Motorista	Forquilha	Prefeitura Municipal

Fonte: Elaborado pelo autor, adaptado do Calendário Oficial de Exposições e Feiras Agropecuárias 2016 do Governo de Santa Catarina.

Nesses eventos ocorrem treinamentos de capacitação técnica para os produtores. Identificou-se o Seminário Regional de Gado de Corte

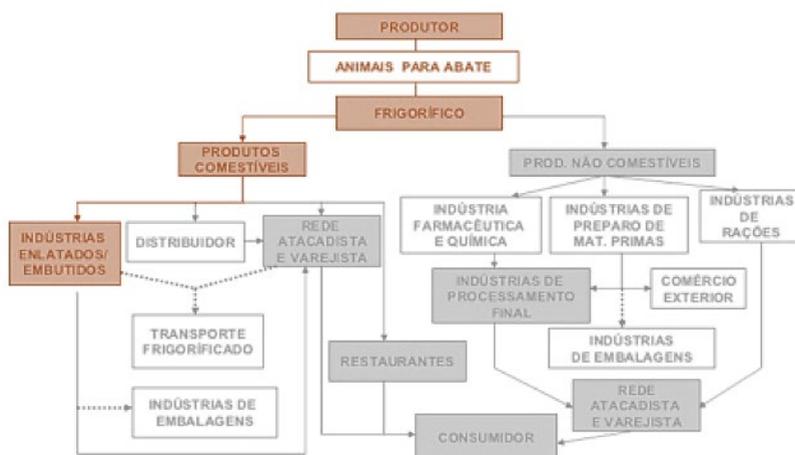
realizado com o apoio da EPAGRI, seminário que já está em sua segunda edição.

3.4 DISCUSSÃO SOBRE A CONDIÇÃO E PERSPECTIVAS DO DESENVOLVIMENTO DA CADEIA PRODUTIVA DA CARNE

Dentre os principais conceitos e estudos provenientes do Sistema Agroindustrial: i) Agribusiness, originado nos Estados Unidos; e ii) *Analyse de Filière* (Cadeias de Produção), de origem francesa (BATALHA E SILVA, 2009), o Sistema Agroindustrial brasileiro se aproxima mais da escola francesa, cujo ponto de partida da análise é do produto agroindustrial final, voltado ao mercado final, podendo identificar uma cadeia produtiva, como também sua integração por meio de seus elos comerciais, operacionais técnicos e logísticos referentes a sua produção (BARCELLOS; OAIGEN, 2014),

Ao analisarmos o Fluxograma da Cadeia Produtiva de Carne Bovina e subprodutos proposto por Batalha (2009), verificou-se que a pesquisa atingiu apenas os primeiros níveis dessa rede, relacionados a produtos comestíveis: i) localizando geograficamente e quantificando os produtores; ii) identificando os frigoríficos e abatedouros; e iii) identificando as indústrias de enlatados e embutidos.

Figura 5 – Destaque dos níveis da cadeia abrangidos na pesquisa



Fonte: Adaptado pelo autor a partir de Batalha (2009).

Verificando a configuração e trajetória de constituição da cadeia produtiva da carne na MSC, a expansão da bovinocultura catarinense se deu com a própria expansão populacional, e a produção bovina encontra-se atualmente em grande parte das propriedades rurais, entretanto, tem-se como uma atividade que ainda não é autossuficiente nesse segmento (COSTA, 2011; MATTEI, 2011; RITTER e SORRENSON, 1985; SCHLESINGER, 2010; ZENI, 2001).

Em relação aos produtores de bovinos da Mesorregião do Sul Catarinense, pode-se observar durante a pesquisa, na visitação as feiras e na participação em eventos promovidos pelas associações e entidades no período entre 2016 e 2017, que houve uma preocupação dos produtores em relação a qualidade da carne que eles produzem, convergindo com o referencial teórico que evidencia que o mercado consumidor modificou.

Com tal modificação, há consumidores que passaram a perceber a diferença no paladar entre os diferentes “tipos” de carne bovinas, começando a buscar uma carne de qualidade, cuja necessidade de identificá-las tornou-se essencial para comercializá-las e garantir sua procedência para o consumidor (BARCELLOS; OAIGEN, 2014; BARCELLOS. OLIVEIRA; MARQUES, 2017; MACEDO JUNIOR, 1994). Situação muito diferente da cadeia de carne de frangos e suínos, que já estão consolidadas, devidamente vinculadas a uma marca com identificação e passando mais confiança e credibilidade aos consumidores (MACEDO JUNIOR, 1994).

Conforme estudos realizados pela UFRGS, que pesquisaram a pecuária familiar no estado do Rio Grande do Sul, identificaram e categorizaram produtores provenientes da agricultura familiar, que têm a bovinocultura de corte em pequenas áreas como sua principal atividade econômica, e acabaram denominando-os de “pecuaristas familiares”, além de analisar a situação socioeconômica das famílias, suas formas de produção, a maneira que se relacionam com a natureza, bem como suas origens e formações históricas (WAQUIL et al., 2016).

A partir dessa análise, observou-se que a Mesorregião do Sul Catarinense carece de um aprofundamento sobre a distinção entre os tipos de pecuaristas, pois não ficou claro e preciso o percentual de produtores que tem a bovinocultura como sua principal fonte de renda.

No referencial teórico, ficou evidente a preocupação dos produtores brasileiros em relação as questões de posicionamento de

marca, pois as normas de vigilância sanitária passaram a ser mais exigentes no decorrer dos últimos anos para garantir segurança na questão alimentar dos consumidores. Muitos produtos de origem animal passaram por um processo de adequação, principalmente os produtos de carne bovina (BARCELLOS; OAIGEN, 2014; BARCELLOS. OLIVEIRA; MARQUES, 2017).

O estado de Santa Catarina, como já mencionado, é o único com Área Livre de Febre Aftosa sem vacinação no Brasil (SANTA CATARINA, 2017), favorecendo e facilitando a exportação de sua produção, todavia, observou-se que o estado catarinense não entrou ainda nem na lista dos 10 maiores produtores (IBGE, 2016) e nem na lista dos 10 maiores exportadores de carne bovina do Brasil (ABIEC, 2018). Deixando evidente que o estado ainda não obteve resultados quantitativos satisfatórios com o aproveitamento desse benefício em relação as questões sanitárias.

Partindo do referencial conceitual sobre os aglomerados produtivos, foram identificados e pesquisados os seguintes modelos: i) Distritos Industriais; ii) *Clusters*; iii) Arranjos Produtivos Locais; iv) Sistemas Produtivos e Inovativos Locais; e v) Redes de Empresas.

Com o objetivo de identificar qual modelo se enquadra a cadeia produtiva da carne na Mesorregião do Sul Catarinense, compilou-se no quadro abaixo uma definição ampla de cada aglomerado partindo da definição de seus principais autores.

Quadro 7 – Resumo com os principais modelos de aglomerados produtivos

Modelos de Aglomerados Produtivos	Definição	Principais autores
Distritos Industriais	Considera-se uma concentração geográfica de empresas, em um espaço urbano de tamanho territorial semelhante ao de um bairro (ou maior), possuindo incentivos fiscais, onde empreendem somente um segmento da indústria, gerando vantagens coletivas que propiciam	Becattini, 1990; Enright, 1993; Markusen, 1996; Marshall, 1920; Piore e Sabel, 1984; Pyke e Sengenberger, 1992; Redesist, 2017.

	um ambiente com normas e valores em comum.	
<i>Clusters</i>	São concentrações geográficas de empresas (similares, relacionadas ou complementares), que atuam na mesma cadeia produtiva e tem objetivos em comum, como a obtenção de vantagens competitivas e de desempenho, por meio do compartilhando da infraestrutura e um mercado de trabalho especializado e confrontando-se com oportunidades e ameaças comuns.	Doeringer e Terkla, 1995; Eurada, 1999; Porter, 1990; Rosenfeld, 1977;
Arranjos Produtivos Locais	Aglomerações de empresas que apresentam especialização produtiva e possuem vínculos de produção, interação, cooperação e aprendizagem. Estão localizadas em um mesmo território, possuindo um conjunto de fatores econômicos, políticos e sociais, por meio do desenvolvendo de atividades econômicas correlatas.	Cassiolo e Lastres, 1999; Da Costa, 2010; Lastres et al., 2003; Neto, 2000; Sebrae, 2014; OBAPL, 2011
Sistemas Produtivos e Inovativos Locais	Possuem características similares aos dos arranjos produtivos locais, estando situados em um mesmo território geográfico, e sendo oriundos de políticas de incentivo. São interdependentes, articulados e com vínculos consistentes gerando interação, cooperação e aprendizagem, com potencial de gerar inovação endógena, competitividade e desenvolvimento local.	Lastres, 2003; Cassiolo E Szapiro, 2002; Lastres, 2003; Redesist, 2017 Eurada, 1999; Lundvall, 2010

Redes de Empresas	Compreendem a estrutura de ligação entre os atores pertencentes a qualquer sistema produtivo com acordos de longo prazo, por meio de associação formal ou informal de empresas com características semelhantes ou com forte vinculação a um determinado setor econômico ou ao(s) cliente(s) com grande influência territorial, operando com método organizacional de atividades econômicas por meio de cooperação interfirmas.	Batalha E Silva, 2001; Casarotto E Pires, 2001; Neto, 2001; Porter, 1998; Redesist, 2017
-------------------	--	--

Fonte: Elaborado pelo autor

Pode-se observar no resultado da pesquisa, que tanto os produtores de bovinos, como as empresas de abatimento e processamento de carne não estão estrategicamente instalados próximos uns dos outros. Portanto, podemos afirmar que dificilmente ocorrerá uma formação de Distrito industrial, pois os atores encontram-se pulverizados em toda a Mesorregião do Sul Catarinense. Essa análise também renega a formação de um *Cluster*, pois o mesmo não compartilha da mesma infraestrutura.

Os resultados apresentaram uma atividade econômica de baixo grau tecnológico (EPAGRI, 2016), por sua vez, descartando a cadeia produtiva como sendo um Sistema Produtivo e Inovativo Local, pois a cadeia de forma geral da MSC não contempla a questão inovativa, exceto ações pontuais de entidades como EPAGRI, CIDASC e eventos específicos.

Nos resultados obtidos, não foram identificados acordos de longo prazo ou ações de cooperações interfirmas que possibilitariam uma possível formação de Redes de Empresas.

Observados todos os resultados coletados, quando confrontados com a literatura estudada resulta em uma percepção na qual constata-se que nenhum dos modelos é encontrado em sua totalidade. Contudo, observou-se elementos que apontam para uma possível formação de um Arranjo Produtivo Local.

Partindo do referencial conceitual sobre os *stakeholders* (Freeman; Harrison; Wicks, 2007; Goldschmidt; Rocha, 2010; Hitt, 2005; Souza e Almeida, 2006), foram identificados no resultado da pesquisa os principais atores que fazem parte da cadeia produtiva da carne na Mesorregião do Sul Catarinense, sendo: 6 feiras e eventos locais que contemplam a cadeia produtiva da carne, 4 entidades estaduais que possuem vínculos com a cadeia, 4 entidades e associações locais e 73 empresas ativas e um efetivo bovino com mais de 500 mil animais.

Esses dados tendem a vislumbrar uma possível formação de um APL, pautados no levantamento dessas empresas que estão aglomeradas na mesma mesorregião, cuja especialização produtiva é a cadeia produtiva da carne, onde os *stakeholders* possuem vínculos de produção, e as associações contemplam as interações e cooperação, contando com o auxílio de entidades como EMBRAPA e CIDASC, e associações, que fortalecem o mercado e a aprendizagem desse setor.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa iniciou a partir da percepção de que a atividade de bovinocultura de corte tem ganhado atenção na economia do estado, podendo ser resultante de algumas ações de *stakeholders*, por meio de políticas públicas e iniciativas privadas, representados por organizações das cadeias produtivas do agronegócio.

Para tal, buscou-se analisar o desenvolvimento da cadeia produtiva da carne bovina em Santa Catarina entre 2005 e 2015, com foco na mesorregião sul catarinense (MSC), por meio da leitura e revisão dos conceitos e definições de modelos de aglomerados produtivos e da teoria dos *stakeholders*, do levantamento documental para auxiliar na caracterização deste tipo de pecuária em SC, e da coleta de dados e informações acerca das iniciativas e agentes envolvidos na cadeia produtiva da carne bovina na MSC.

Como resultados, observou-se que tanto os produtores de bovinos, como as empresas de abate e processamento de carne não estão estrategicamente instalados próximos uns dos outros.

Portanto, é possível afirmar que dificilmente ocorrerá uma formação de Distrito industrial. Essa análise também renega a formação de um Cluster, pois o tal Cluster não compartilharia da mesma infraestrutura.

Contudo, foram identificados 6 feiras e eventos locais que contemplam a cadeia produtiva da carne, 4 entidades estaduais que possuem vínculos com a cadeia, 4 entidades e associações locais e 73 empresas ativas e um efetivo bovino com mais de 500 mil animais. E esses dados tendem a vislumbrar uma possível formação de um APL, pautados no levantamento dessas empresas que estão aglomeradas na mesma mesorregião, cuja especialização produtiva é a cadeia produtiva da carne, onde os *stakeholders* possuem vínculos de produção, e as associações contemplam as interações e cooperação, contando com o auxílio de entidades como EMBRAPA e CIDASC, e associações, que fortalecem o mercado e a aprendizagem desse setor.

Apesar de haver dados relativos ao efetivo bovino municipal no banco de dados do IBGE, ainda não é possível identificar a porcentagem de bovinos que são destinados ao corte e a produção de leite, ressaltando-se ainda o fato de muitos estarem desatualizados, em especial quando se tratam de dados do Censo Agropecuário que remetem ao ano de 2006.

Durante a pesquisa constatou-se informalmente três grupos principais de bovinocultores na MSC:

No primeiro grupo, encontram-se pequenos produtores (“pecuária” familiar), com uma quantidade relativamente baixa de animais para complementam a renda familiar além de outras atividades exercidas por essas famílias.

No segundo grupo, observa-se uma quantidade de investidores e entusiastas da bovinocultura, geralmente um público de maior poder aquisitivo que possuem sítios e terrenos rurais como bens e propriedades particulares.

No terceiro grupo, encontra-se os produtores (pequenos e médios) que tem a bovinocultura como única atividade econômica, tornando-a sua principal fonte de renda.

A partir dessa análise, observou-se que a Mesorregião do Sul Catarinense carece de estudos para compreensão e melhor distinção / classificação / caracterização desses tipos de pecuaristas, pois não ficou claro e preciso o percentual de produtores que tem a bovinocultura como sua principal fonte de renda, bem como a distinção entre agricultura familiar e empresarial.

Para que se possa aprimorar esse panorama e buscar dados mais expressivos, entende-se que a pesquisa acerca deste cenário dinâmico requer continuidade e aprofundamento por meio de estudos teóricos ou aplicados com uma abordagem mais próxima da realidade, incluindo maior contato e ou entrevistas com agentes chave nesse processo de expansão da bovinocultura e da cadeia produtiva como um todo.

REFERÊNCIAS

ABA, Associação Brasileira de Angus – Núcleo Catarinense de Criadores de Angus, Disponível em: <<http://angus.org.br/>>. Acesso em outubro de 2016.

ABCCL, Associação Brasileira dos Criadores da Raça Crioula Lageana –. Disponível em: <<https://www.facebook.com/ABCrCL>>. Acesso em outubro de 2016.

ABHB, Associação Brasileira de Hereford e Braford –. Disponível em: <<http://www.abhb.com.br/a-abhb/criadores/santa-catarina>>. Acesso em outubro de 2016.

ABIEC, Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes –. Disponível em <<http://www.abiec.com.br/>>. Acessado em setembro de 2018.

ACATE, Associação Catarinense de Empresas de Tecnologia –. Agronegócio e Tecnologia. Santa Catarina - Anuário 2014.

ACCB, Associação Catarinense de Criadores de Bovinos –. Disponível em: <<http://www.accb.com.br>> Acesso em outubro de 2016.

ANGUS/SC, Núcleo Catarinense de Criadores de Angus. Disponível em: <<http://www.angussc.com.br/>> Acesso em outubro de 2016.

ALSTYNE, Marshall Van. **The state of network organization: a survey in three frameworks.** Journal of Organizational Computing and Electronic Commerce, v. 7, n. 2-3, p. 83-151, 1997.

AMREC, Associação dos Municípios da Região Carbonífera –. Associação dos criadores de gado de corte do Sul catarinense é fundada na AMREC. Disponível em: <<http://www.amrec.com.br/noticias/index/ver/codMapaItem/42508/codNoticia/340909>>. Publicado em 2015. Acesso em outubro 2016.

BARCELLOS, Júlio Otávio Jardim; OAIGEN, Ricardo Pedroso (Org.). **I Cadeia produtiva:** da carne bovina e os sistemas de produção na bovinocultura de corte. In: OAIGEN, Ricardo Pedroso et al (Org.).

Gestão na bovinocultura de corte. Guaíba: Agrolivros, 2014. Cap. 1. p. 21-41.

BARCELLOS, Júlio; OLIVEIRA, Tamara Esteves de; MARQUES, Cristiane S.. **Cadeia produtiva da carne bovina: alternativas para a integração.** In: XII JORNADA NESPRO E III SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE SISTEMAS DE PRODUÇÃO DE BOVINOS DE CORTE, 12., 2017, Porto Alegre.

BATALHA, Mário Otávio; SILVA, Andrea Lago da. **Gerenciamento de Sistemas Agroindustriais: Definições e correntes mercadológicas.** Gestão agroindustrial, v. 2, p. 28-34, 2001.

BATALHA, Mário Otávio (Coord.). **Gestão agroindustrial.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BECATTINI, Giacomo. **The Marshallian industrial district as a socio-economic notion.** In: PYKE, Frank; BECATTINI, Giacomo; SENGENBERGER, Werner (Ed.). Industrial districts and inter-firm cooperation in Italy. Geneva: International Institute for Labour Studies, p. 37-51, 1990.

BÊRNI, Duilio de Ávila; FERNANDEZ, Brena Paula Magno. **Métodos e técnicas de pesquisa – modelando as ciências empresariais.** São Paulo: Saraiva, 2012.

BOSERUP, Ester. **The conditions of agricultural growth: the economics of agrarian change under population pressure.** 1966.

BRITTO, Jorge Nogueira de Paiva. **Cooperação interindustrial: uma síntese da literatura.** Niterói: UFF. 2002.

CALLADO, Antônio André Cunha. Agronegócio. Atlas, 2008.

CALDEIRA, Jorge. **A nação mercantilista: ensaio sobre o Brasil.** Editora 34, 1999.

CALEMAN, Sílvia Morales de Queiroz; et al.. **Custos de mensuração e governança no agronegócio: um estudo de casos múltiplos no sistema agroindustrial da carne bovina.** Organizações Rurais & Agroindustriais, v. 10, n. 3, 2008.

CAPACLE, Vivian Helena; VIEIRA, Adriana Carvalho Pinto; BELIK, Walter. Estrutura e organização das cadeias produtivas das carnes de frango e bovina no Brasil: reflexões sob a ótica das instituições. In: VII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología Rural (ALASRU), 20 a 24 out. 2006, Quito. **Anais...** GT 28, pp.803-805, 2006. Disponível em: <<http://www.flacsoandes.edu.ec/biblio/catalog/resGet.php?resId=19585>>. Acesso em março de 2017.

CAPORALI, Renato; VOLKER, Paulo. (Orgs.). **Metodologia de Desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais**: Projeto Promos-Sebrae-BID: versão 2.0. Brasília, SEBRAE, 2004.

CARIO, Sílvio A.F. et al.. **Indústria e Arranjos Produtivos em Santa Catarina**: avaliação e política de desenvolvimento para setores tradicionais. Blumenau: Nova Letra, Sistema FIESC, 2013.

CARR, David L.; LOPEZ, Anna Carla; BILSBORROW, Richard E. **The population, agriculture, and environment nexus in Latin America**: country-level evidence from the latter half of the twentieth century. *Population and Environment*, v. 30, n. 6, p. 222-246, 2009.

CASAROTTO, Nelson Filho; PIRES, Luiz Henrique. **Redes de pequenas e médias empresas e desenvolvimento local**: estratégias para a conquista da competitividade global com base na experiência italiana. São Paulo: Atlas, 2001.

CASAROTTO, Nelson Filho; MINUZZI, Josiane; DOS SANTOS, Paulo da Cruz Freire. **Competitividade sistêmica de distritos industriais no desenvolvimento regional**: uma comparação. *Revista da FAE*, v. 9, n. 2, 2016.

CASSIOLATO, José Eduardo; LASTRES, Helena MM. **Globalização e inovação localizada**: experiências de sistemas locais no Mercosul. 1999.

CASSIOLATO, José Eduardo; LASTRES, Helena MM. **O foco em arranjos produtivos e inovativos locais de micro e pequenas empresas**. Pequena empresa: Cooperação e Desenvolvimento Local, 2003.

CASSIOLATO, José Eduardo; SZAPIRO, Marina. **Aglomerações e sistemas produtivos e inovativos**: Em busca de uma caracterização voltada ao caso brasileiro. In: LASTRES, Helena MM et al. Proposição de políticas para promoção de sistemas produtivos locais de micro, pequenas e médias empresas. Rio de Janeiro: UFRJ/IE, 2002.

CASSIOLATO, José Eduardo; SZAPIRO, Marina. **Uma caracterização de arranjos produtivos locais de micro e pequenas empresas**. Pequena empresa: cooperação e desenvolvimento local. Rio de Janeiro: Relume Dumará, p. 35-50, 2003.

CASTRO, Fernando Paulo Guimarães de. **Uma proposta de estruturação de sistema de inteligência competitiva - IC, para aglomerações econômicas em Santa Catarina**. 2000. 190 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000. Disponível em:

<<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/78372/173620.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em maio de 2017.

CEPEA, Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada –. **PIB do Agronegócio** – Dados de 1995 a 2015. Disponível em: <<http://cepea.esalq.usp.br/pib/>>. Acesso em agosto de 2016.

CHIARVESIO, Maria; MARIA, Eleonora Di; MICELLI, Stefano. From local networks of SMEs to virtual districts? Evidence from recent trends in Italy. Elsevier E.B. 2004.

CHORINCAS, Joana; MARQUES, Isabel; RIBEIRO, J. Félix. Clusters e políticas de inovação: conceitos, experiências europeias e perspectivas de aplicação a Portugal. **Prospectiva e planeamento**, v. 7, p. 43-104, 2001.

CLARKSON, Max B. E. **A stakeholder framework for analyzing and evaluating corporate social performance**. Academy of Management Review. New York, v. 20, n. 1, p. 92-117, 1995.

CONCEIÇÃO, J.; CONCEIÇÃO, P.H.Z. 2008. Uma revisita ao tema das funções da agricultura no processo de desenvolvimento. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural – SOBER, XLVI, Rio Branco, 2008. **Anais...** Rio Branco. 21 p.

COSTA, Leopoldo. **História da criação de gado em Santa Catarina.** Disponível em <http://stravaganzastravaganza.blogspot.com.br/2011/06/historia-da-criacao-de-gado-em-santa.html>. Publicado em junho de 2011. Acessado em maio de 2017.

COSTA, Caio César de Medeiros et al. **Determinantes do desenvolvimento do setor agropecuário nos municípios.** Revista de Administração, p. 295-309, 2013

CRESWELL, John W. **Projeto de Pesquisa: Métodos Qualitativo, Quantitativo e Misto.** 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010. 296 p. Tradução Magda Lopes.

DA COSTA, Eduardo José Monteiro. **Arranjos produtivos locais, políticas públicas e desenvolvimento regional.** Brasília: Mais Gráfica Editora, 2010.

DAVIS, John H.; GOLDBERG, Ray Alla. **Concept of agribusiness,** 1957.

DI SERIO, Luiz Carlos. Clusters empresariais no Brasil: casos selecionados. São Paulo: Saraiva, 2007.

DOERINGER, Peter B.; TERKLA, David G. **Business strategy and cross-industry clusters.** Economic development quarterly, v. 9, n. 3, p. 225-237, 1995.

DONALDSON, Thomas; PRESTON, Lee E. **The stakeholder theory of the corporation:** concepts, evidence and implications. Academy of Management Review. New York, v. 20, n. 1, p. 65-91, 1995.

ENRIGHT, Michael J. **Regional clusters and economic development:** A research agenda. Division of Research, Harvard Business School, 1993.

EPAGRI, Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina –. Revista Agropecuária Catarinense, Vol. 29, n2, maio/ago 2016.

EPAGRI/CEPA. Números da Agropecuária Catarinense – dez./2015. Disponível em <<http://cepa.epagri.sc.gov.br>>. Acesso em setembro de 2016.

ESTEVAM, D. de O.; JORGE, T. P.; SALVARO, G.I. J. Características socioeconômicas da Região do Extremo Sul Catarinense: uma análise entre o rural e o urbano. **Revista NECAT**, v. 3, p. 31-56, 2014.

EURADA, European Association of Development Agencies. **Clusters, industrial districts, local productive systems**. Bruxelas: EURADA, 1999. Disponível em: <<http://www.eurada.org>>. Acesso em abril de 2017.

FAO, Food and agriculture organization of the United Nations –. Officer Protection. Disponível em <<http://www.fao.org/about/pt/>>. Acesso em abril de 2017.

FARINA, E. M. M. Q. **Competitividade e coordenação de sistemas agroindustriais**: um ensaio conceitual. Revista Gestão & Produção, v. 6, n. 3, p. 147-161, 1999.

FEPESSE, Fundação de Estudos e Pesquisa Socioeconômicos –. Economia de Santa Catarina. Disponível em <<http://novosite.fepese.org.br/?s=economia>>. Acesso em agosto de 2016.

FIGUEIREDO, Jeovan de C.; DI SERIO, Luiz Carlos. **Estratégia em clusters empresariais**: conceitos e impacto na competitividade. In: DI SERIO, Luiz Carlos (org.). Clusters empresariais no Brasil: casos selecionados. São Paulo: Saraiva, 2007.

FLORIPA, Viva Mais. **História de Florianópolis**. Disponível em <http://www.vivamaisfloripa.com.br/florianopolis/historia.php>>. Acessado em maio de 2017.

FREEMAN, Richard. Edward. **Strategic management**: A stakeholder approach. In: LAMB, R. (ed.). Advances in Strategic Management, v. 1. Greenwich: JAI Press, p. 31-60, 1983.

_____. **Strategic management**: a stakeholder approach. Boston: Pitman, 1984.

FRIEDMAN, Andrew L.; MILES, Samantha. **Stakeholders: Theory and Practice**. New York: Oxford University Press, 2006.

GALVÃO, Cláudia Andreoli. **Sistemas industriais localizados: o Vale do Paranhana – complexo calçadista do Rio Grande do Sul**. 1999.

GIANEZINI, Miguelangelo. et al.. Sustainability and Market Orientation in the Brazilian Beef Chain. **Journal of Agricultural Science and Technology (USA. Print)**, v. 4, p. 249-260, 2014.

GOULART FILHO, Alcides. **A formação econômica de Santa Catarina**. Ensaios FEE, v. 23, n. 2, p. 977-1007, 2002.

GRANT, Robert M.; BADEN-FULLER, Charles. **A knowledge accessing theory of strategic alliances**. Journal of management studies, v. 41, n. 1, p. 61-84, 2004.

HITT, Michael A. IRELAND, RuaDuane; HORKISSON, Robert E. **Administração estratégica**. Tradução: José Carlos Barbosa dos Santos e Luiz Antônio Pedroso Rafael. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística –. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/>. Acesso em maio de 2017.

KWASNICKA, Eunice L. **Em direção a uma teoria sobre redes de negócios**. In: BOAVENTURA, João Maurício Gama; (org). Redes de negócios: tópicos em estratégia. São Paulo: Saint Paul Editora, p. 23-31, 2006.

KUPFER, David; HASENCLEVER, Lia. **Economia industrial: fundamentos teóricos e práticas no Brasil**. 2013.

LASTRES, Helena MM et al. **Glossário de arranjos e sistemas produtivos e inovativos locais**. Rio de Janeiro: IE, 2003.

LINS, Hoyêdo; MATTEI, Lauro. **A socioeconomia catarinense no limiar do século XXI**. Texto para discussão, Departamento de Economia. Florianópolis, n. 8, 2001.

LUNDEVALL, Bengt-Åke (Ed.). **National systems of innovation: Toward a theory of innovation and interactive learning.** Anthem Press, 2010.

MACEDO JUNIOR, Jurandir Sell. **Análise industrial utilizando o modelo de Porter:** bovinocultura de corte em Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 1994.

MAPA, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento –. Projeções do Agronegócio Brasil 2014/15 a 2024/25. Projeções de Longo Prazo. AGE/MAPA. Brasília. 2015b, 133a.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de pesquisa. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MARKUSEN, Ann. **Sticky places in slippery space: a typology of industrial districts.** *Economic geography*, v. 72, n. 3, p. 293-313, 1996.

MARSHALL, Alfred. **Industry and Trade: A Study of industrial technique and business organization; and of their influences on the condition of various classes and nations.** On-line book. 1920. Disponível em <<http://www.econlib.org/library/marshall/marPtoc.html>>. Acesso em abril de 2017.

MARTINS, V. M. V., et al. Raça crioula lageana: o esteio de ontem, o labor do hoje e a oportunidade do amanhã. Lages: ABCCL, 2009.

MATTEI, Lauro. Economia Catarinense: crescimento com desigualdades regionais. In: V Encontro de Economia Catarinense, 2011, Florianópolis. Anais do V Encontro da APEC. Criciúma: APEC, 2011.

MELO, Altair Acelon; CASAROTTO, Nelson Filho. **Cluster e a importância das pequenas e médias empresas:** a variante italiana. Eng. Sistema e Produção: UFSC. 2000.

MEZZADRI, Fábio Peixoto. **Cenário atual da pecuária de corte:** Aspectos do Brasil com Foco no Estado do Paraná. Curitiba: SEAB/DERAL/DCA, 2007.

MIELITZ NETO, Carlos Adalberto Guilherme. A modernização da bovinocultura de corte brasileira. *Ensaio FEE*. v. 16, n. 1, p. 66-104, 1995.

MITCHELL, Ronald K.; AGLE, Bradley R.; WOOD, Donna J. **Toward a theory of stakeholder identification and salience: defining the principle of who and what really counts.** *Academy of Management Review*. New York, v. 22, n. 4, p. 853-886, Oct. 1997.

MOLINA-MORALES, Francisco X.; HOFFMANN, Valmir E. **Aprendizagem através de redes sociais: o efeito da proximidade geográfica.** *Revista Inteligência Empresarial*, n. 12, p. 4-11, 2002.

MUELLER, Charles C.; MARTHA, Geraldo B. **A agropecuária e o desenvolvimento sócioeconômico recente do cerrado.** SIMPÓSIO NACIONAL CERRADO, Brasília, p. 12-17, 2008.

MYTELKA, Lynn; FARINELLI, Fulvia. **Local clusters, innovation systems and sustained competitiveness.** UNU/INTECH Discussion Paper, n. 2005, 2000.

NETO, João Amato (org.). **Manufatura de classe mundial: conceitos, estratégias e aplicações.** Ed. Atlas, São Paulo, 2001.

NETO, João Amato. **Redes de cooperação produtiva e clusters regionais: oportunidades para as pequenas e médias empresas.** Editora Atlas, 2000.

NETO, João Amato; GARCIA, Renato. **Sistemas locais de produção: em busca de um referencial teórico.** ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, v. 23, 2003.

NEVES, Marcos Fava. **Agronegócios e desenvolvimento sustentável: uma agenda para a liderança mundial na produção de alimentos e bioenergia.** Editora Atlas SA, 2000.

OBAPL, Observatório Brasileiro de Arranjos Produtivos Locais. **APLS, o que são!?**. 2011. Disponível em:
<http://portalapl.ibict.br/menu/itens_menu/apls/apl_o_que_sao.html>.
Acesso em maio de 2017.

OLIVEIRA, José A. Puppim de. **Empresas na sociedade: sustentabilidade e responsabilidade social**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

OLSSON, Igor. M.; WATANABE, Melissa; BUSARELLO, Carla S. Setor Agrícola Brasileiro: um estudo sobre a diversificação do uso da terra no estado de Santa Catarina. In: 4º Simpósio da Ciência do Agronegócio, 2016. **Anais...** Porto Alegre: CEPAN/UFRGS, 2016. Disponível em <<https://www.ufrgs.br/cienagro/wp-content/uploads/2016/12/Anais-CIENAGRO-2016.pdf>>. Acesso em 12 mar 2017.

ORSSATTO, Carlos Henrique. **A formulação das estratégias da empresa em um ambiente de aglomeração industrial**. 2002. Tese de Doutorado em Engenharia de Produção. UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina.

PIORE, Michael; SABEL, Charles. **The second industrial divide: possibilities for prosperity**. Basic books, 1984.

PORTER, Michael E. **Clusters and the new economics of competition**. Boston: Harvard Business Review, 1998.

_____. **Competição: estratégias competitivas essenciais**. Gulf Professional Publishing, 1999.

_____. **On competition**. 1998.

_____. **The competitive advantage of nations**. 1990.

PRIMO, A. T. Os bovinos ibéricos nas Américas. In: SIMPÓSIO DA 30ª REUNIÃO ANUAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ZOOTECNIA. Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro, 1993.

PYKE, Frank; SENGENBERGER, Werner (Ed.). **Industrial districts and local economic regeneration**. International Labour Organisation, 1992.

RABELLOTTI, Roberta. **Is there an “industrial district model”? Footwear districts in Italy and Mexico compared**. World development, v. 23, n. 1, p. 29-41, 1995.

RAYNAUT, Claude. **Interdisciplinaridade**: mundo contemporâneo, complexidade e desafios à produção e à aplicação de conhecimentos. In: PHILIPPI JR, A.; SILVA NETO, A. J.. Interdisciplinaridade em Ciência, Tecnologia & Inovação. Barueri, SP: Manole, 2011.

REDESIST, Rede de Sistemas Produtivos e Inovativos Locais –. Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Disponível: <<http://www.ie.ufrj.br/redesist>>. Acesso em maio de 2017.

RITTER, W.; SORRENSON, W.J. Produção de Bovinos no Planalto de Santa Catarina, Brasil: situação atual e perspectivas. Eschborn: GTZ; Florianópolis: EMPASC, 1985.

ROCHA, Thelma; GOLDSCHMIDT, Andrea. Gestão dos Stakeholders: como gerenciar o relacionamento e a comunicação entre a empresa. São Paulo: Saraiva, 2010.

RUVIARO, Clandio Favarini; BARCELLOS, Júlio Otávio Jardim; DEWES, Homero. Market-oriented cattle traceability in the Brazilian Legal Amazon. *Land Use Policy*, v. 38, p. 104-110, 2014.

RUVIARO, Clandio F. et al. Carbon footprint in different beef production systems on a southern Brazilian farm: a case study. *Journal of Cleaner Production*, v. 96, p. 435-443, 2015.

SANTA CATARINA, Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca. **Santa Catarina renova certificação de área livre de febre aftosa sem vacinação**. Florianópolis, 2014. Disponível em <http://www.sc.gov.br/index.php/component/acymailing/archive/view/listid-66-revistas-estaduais/mailid-5352-santa-catarina-renova-certificacao-de-area-livre-de-febre-aftosa-sem-vacinacao/tmpl-component>. Acesso em julho de 2016.

_____. **Santa Catarina tem alta nas exportações de carne suína e de frango no primeiro trimestre de 2017**. Florianópolis, 2014. Disponível em <http://www.sc.gov.br/index.php/noticias/temas/agricultura-e-pesca/santa-catarina-tem-alta-nas-exportacoes-de-carne-suina-e-de-frango-no-primeiro-trimestre-de-2017>. Acesso em novembro de 2017.

SANTOS, Luciano Costa; VARVAKIS, Gregorio. **Redes de Pequenas e Médias Empresas: organizações virtuais vs. clusters.** Foz do Iguaçu: ENANPAD, 1999.

SCHLESINGER, Sérgio. Onde pastar? O gado bovino no Brasil. Rio de Janeiro: FASE, 2010.

SCHMITZ, Hubert; NADVI, Khalid. **Clustering and industrialization:** introduction. *World development*, v. 27, n. 9, p. 1503-1514, 1999.

SEBRAE, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – . **APL: arranjo produtivo local.** Brasília: SEBRAE NA, 2014. 48 p. (Empreendimentos Coletivos). Disponível em: <http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/b8126fa768f69929a146f38122>. Acesso em 10 de maio 2017.

SILVA, Gerardo et al. **Sobre a "Tropicalização" da experiência dos distritos industriais italianos.** Empresários e empregos nos novos territórios produtivos: o caso da terceira Itália. DP&A, Rio de Janeiro, p. 253-269, 2002.

SLATER, Stanley F.; OLSON, Eric M.; HULT, G. Tomas M. **The moderating influence of strategic orientation on the strategy formation capability–performance relationship.** *Strategic Management Journal*, v. 27, n. 12, p. 1221-1231, 2006.

SOUSA, Almir Ferreira de.; ALMEIDA, Ricardo José de. **O valor da empresa e a influência dos stakeholders.** São Paulo: Saraiva, 2006.

SOUZA FILHO, Hildo Meirelles. Desenvolvimento agrícola sustentável. In: BATALHA, Mário Otávio (Org.). *Gestão Agroindustrial*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009. p. 665-710. 1 v.

SUZIGAN, Wilson et al. **Clusters ou sistemas locais de produção:** mapeamento, tipologia e sugestões de políticas. *Revista de Economia Política*, v. 24, n. 4, p. 543-562, 2004.

PRIMO, A. T. Os bovinos ibéricos nas Américas. In: SIMPÓSIO DA 30ª REUNIÃO ANUAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ZOOTECNIA. Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro, 1993.

USDA, UNITED STATES DEPARTMENT OF AGRICULTURE
–. International Markets & Trade: Brazil. Disponível em
<<https://www.ers.usda.gov/topics/international-markets-trade/countries-regions/brazil/>>. Acesso em julho de 2017.

WAQUIL, Paulo Dabdab et al (Org.). Pecuária familiar no Rio Grande do Sul: história, diversidade social e dinâmicas de desenvolvimento. Porto Alegre: Ufrgs, 2016. 288 p. (Estudos Rurais). Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/pgdr/publicacoes/livros/serie-estudos-rurais-pgdr/pecuaria-familiar-no-rio-grande-do-sul-historia-diversidade-social-e-dinamicas-de-desenvolvimento>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

WILKINSON, John. **Transformações e perspectivas dos agronegócios brasileiros**. Revista Brasileira de Zootecnia, v. 39, n. 1, p. 26-34, 2010.

ZENI, Elton et al. Caracterização da cadeia produtiva da pecuária bovina de corte no Estado de Santa Catarina. 2001.